

Relatório

PESQUISA INVESTIMENTOS NO CARNAVAL: QUAIS OS RETORNOS MENSURÁVEIS DO CARNAVAL DO DISTRITO FEDERAL?

Análise das entrevistas com
representantes dos blocos de
carnaval de rua fomentados pela
Secretaria de Cultura e Economia
Criativa em 2019

Brasília-DF, junho de 2019

**PESQUISA INVESTIMENTOS
NO CARNAVAL: QUAIS OS RETORNOS MENSURÁVEIS
DO CARNAVAL DO DISTRITO FEDERAL?**

Análise das entrevistas com representantes
dos blocos de carnaval de rua fomentados pela
Secretaria de Cultura e Economia Criativa em 2019

Brasília-DF, junho de 2019

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Paco Britto
Vice-Governador

**SECRETARIA DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEFP/DF**

André Clemente Lara de Oliveira
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Jeansley Lima
Presidente

Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz
Diretora Administrativa e Financeira

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Erika Winge
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS/Codeplan

- **Daienne Amaral Machado** - Diretora

Gerência de Estudos e Análises Transversais - GEAT/DIPOS/Codeplan

Elaboração do relatório

- **Tatiana Lemos Sandim** - Gerente
- **Karoline Trindade Dutra** - Assistente
- **Leslie Nobayashi** - Estagiária
- **Letícia Victor** - Estagiária
- **Victoria Sousa** - Estagiária

Transcrição das entrevistas

- **Ana Maria P. França Boccucci** - Socióloga
- **Flávia Rodrigues da Silva** - Assistente I
- **Francisca de Fátima de Araujo Lucena** - Assistente I
- **Julia Modesto Pinheiro Dias Pereira** - Gerente
- **Karoline Trindade Dutra** - Assistente I
- **Larissa Mattos** - Assistente I
- **Maria de Fátima Sobreira** - Economista
- **Mônica Oliveira M. França** - Assistente Técnico de Administração
- **Silvia Rita de Souza** - Gerente (substituta)
- **Tatiana Lemos Sandim** - Gerente
- **Leslie Miho Nobayashi** - Estagiária
- **Letícia Victor Matos** - Estagiária
- **Maria Eduarda Bonomo Vidal** - Estagiária
- **Victória Evellyn Costa Moraes Sousa** - Estagiária

- **Célia Lopes Teixeira Marinho Alves**
- **Douglas Henrique Duarte Silva** - Estagiário
- **Isabella Bizinoto Fernandes** - Estagiária
- **Lívia Frazão** - Assistente I
- **Maria das Dores dos Santos** - Secretária
- **Nathalie Novita Mazzaro**

Realização das entrevistas

- **Danilo Rebouças dos Reis** - Subsecretaria de Economia Criativa
- **Karoline Dutra** - Assistente I - DIPOS/Codeplan
- **Tatiana Lemos Sandim** - Gerente - DIPOS/Codeplan

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas - DIEPS/Codeplan
Gerência de Estudos Regionais e Metropolitanos - GEREM/DIEPS/Codeplan

- Larissa M. Nocko - Gerente
- Henrique de Mello de Assunção - Assistente I

Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais - DEURA/Codeplan
Gerência de Estudos Urbanos - GEURB/DEURA/Codeplan

- Lívia Frazão de Castro - Assistente I

Revisão e copidesque

Heloisa Faria Herdy

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

APRESENTAÇÃO

A demanda para a realização deste estudo foi encaminhada à Codeplan pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Secec) e surgiu da necessidade de compreender melhor o fenômeno do Carnaval, que tem crescido de forma exponencial nos últimos anos, tanto em termos do número de eventos realizados, quanto de público.

Esta pesquisa compõe um estudo mais amplo, denominado: *Investimento no Carnaval: quais os retornos mensuráveis do Carnaval no Distrito Federal?*. no qual foram realizadas outras três iniciativas para compreender a variação na arrecadação de impostos e a percepção da população, tanto entre os participantes como os não participantes de algum dos eventos realizados nos períodos pré, pós ou durante o carnaval. Para essas outras iniciativas, realizou-se levantamento de dados primários, tanto por meio de pesquisa por telefone realizada via Central 156, como por meio da coleta das interações feitas nas redes sociais sobre o Carnaval.

Neste relatório são apresentadas as análises dos dados coletados nas entrevistas com as pessoas responsáveis por eventos realizados. O objetivo deste eixo de pesquisa foi agregar às demais estratégias de pesquisa a perspectiva dos realizadores de eventos. De forma mais específica, buscou-se conhecer elementos da dimensão simbólica inserindo questões relacionadas à trajetória e perfil dos blocos ao longo dos anos, seu vínculo com a comunidade, motivações para a realização dos eventos e suas opiniões sobre o Carnaval, sobre a política de fomento e sobre a própria realização do evento.

Foram convidados a participar os proponentes dos blocos fomentados no Carnaval 2019, contemplados no Edital de Chamamento Público nº 19/2018 - Carnaval 2019, de apoio a atividades carnavalescas de rua do Distrito Federal (DF). As entrevistas tiveram quatro eixos: (a) identificação do bloco, (b) história e simbologia do grupo, (c) aspectos econômicos e (d) avaliação da política e do evento do Carnaval 2019.

Para a realização da coleta de dados, foi de fundamental importância a participação e o engajamento da Secec. A articulação com os entrevistados, e a maior parte das entrevistas foi realizada pela equipe da Secretaria, a quem a Codeplan agradece. Os técnicos que exerceram o papel de pesquisadores foram treinados para essa atividade tanto em seus aspectos técnicos quanto éticos.

RESUMO

A partir da demanda da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, as Diretorias de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS), Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (DIEPS) e Estudos Urbanos e Ambientais (DEURA) da Codeplan realizaram uma pesquisa denominada: *Investimentos no Carnaval: quais os retornos mensuráveis do Carnaval do Distrito Federal?*, composta por quatro estratégias. Este relatório apresenta os resultados da estratégia desenvolvida por meio da realização de entrevistas com os proponentes dos eventos realizados no Carnaval de 2019. Foram feitas 34 entrevistas semiestruturadas com responsáveis por eventos fomentados por meio do Edital de Chamamento Público nº 19/2018 - Carnaval 2019. As entrevistas foram organizadas em quatro eixos temáticos: (1) identificação do bloco; (2) história e simbologia do grupo; (3) aspectos econômicos; e (4) avaliação da política e do evento do Carnaval 2019. As conversas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas por meio de análise de narrativas. As entrevistas indicam que boa parte dos blocos foi criada nos últimos cinco anos, concentram-se no Plano Piloto e apresentam grande diversidade musical. Nos blocos criados recentemente, foi perceptível maior preocupação com a diversidade de públicos, para crianças, mulheres e LGBTs. O vínculo com o território e a preocupação com a comunidade do entorno está presente com maior frequência nos blocos que se apresentam fora do Plano Piloto. Quanto aos aspectos econômicos, a maior parte do orçamento financeiro dos blocos era predominantemente proveniente de recursos do Edital e de recursos próprios. A avaliação geral da política para o Carnaval praticada em 2019 foi positiva, mas algumas ressalvas foram feitas durante as entrevistas e podem ser classificadas em três grandes grupos: aspectos burocráticos, financeiros e de diálogo com os produtores. Os serviços públicos envolvidos na realização dos eventos de carnaval foram, em geral, bem avaliados. Foram identificadas reclamações sobre a desconexão entre eles e a consequente necessidade de o proponente se deslocar para protocolar documentos. Entre os pontos de melhoria identificados estão: melhoria na coordenação e articulação entre a Secec e demais órgãos envolvidos; melhoria no diálogo da Secec com os blocos, bem como os aspectos burocráticos, financeiros e de planejamento para a realização do evento.

Palavras-chave: Carnaval 2019; política cultural; blocos de carnaval; política pública.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. NOTA METODOLOGICA	11
2.1. Roteiro de entrevistas	11
2.2. Seleção dos entrevistados	11
2.3. Coleta dos dados.....	12
2.4. Transcrição e análises	12
2.5. Aspectos éticos	13
2.6. Possíveis limitações da pesquisa	13
3. CARACTERIZAÇÃO DOS BLOCOS ENTREVISTADOS.....	14
4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS FUNDADORES	17
4.1. Histórias dos blocos: quais as motivações envolvidas?	18
4.2. Ano de criação dos Blocos.....	19
4.3. Temas.....	20
4.4. Histórias dos Nomes dos Blocos	21
4.5. Origem dos grupos fundadores.....	21
4.6. Vínculo com o território	23
4.7. Organização do bloco e distribuição de funções	24
5. ASPECTOS ECONÔMICOS	25
6. AVALIAÇÃO DO EDITAL 2019	27
6.1. Distribuição do Uso do Recurso.....	28
6.2. Contratação de segurança	29
6.3. Contratação de limpeza	30
6.4. Exigência de licenciamentos e alvarás	31
6.5. Campanhas	32
6.6. Despesas administrativas	33
6.7. Atividades desenvolvidas pelo proponente.....	33
6.8. Prazos.....	34
6.9. Proteção do patrimônio	35
6.10. Peso e pontuação da avaliação das propostas	35
6.11. Relatórios de cumprimento do objeto e prestação de contas	37

7. ASPECTOS DA REALIZAÇÃO DO EVENTO.....	39
7.1. Contratação de pessoas qualificadas, custo de mão de obra e financiamento.....	39
7.2. Divulgação.....	40
7.3. Pagamento de direitos autorais (Ecad).....	41
8. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	42
8.1. Secretaria de Cultura e Economia Criativa.....	42
8.2. Secretaria de Segurança Pública.....	43
8.3. Polícia Militar	43
8.4. Corpo de Bombeiros	44
8.5. Administração da RA.....	45
8.6. Agência de Fiscalização.....	45
8.7. Defesa civil	45
8.8. Vara da Infância e da Juventude	46
8.9. Outros	46
9. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2019	47
9.1. Avaliação dos setores carnavalescos e dos locais de eventos.....	47
10. AVALIAÇÃO GERAL DA POLÍTICA	50
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

O Carnaval do Distrito Federal, ao contrário do que muitas pessoas podem imaginar, não é uma atividade recente. Surgiram na década de 1980 os primeiros blocos que, na tentativa de fazer um carnaval parecido com o que acontecia em suas cidades de origem, começaram a realizar eventos na capital do país. Por outro lado, as proporções que hoje possuem esse evento no DF só foram possíveis com a expansão ocorrida a partir de 2015, o que possibilitou que este fenômeno mobilizasse muito mais pessoas, tanto para produzir quanto para participar dos eventos como foliões.

A relevância que o Carnaval tem assumido é uma das justificativas para a realização de um estudo amplo, que busque compreendê-lo a partir dos múltiplos aspectos que o compõem. Neste relatório, focaliza-se a produção do Carnaval por parte das cidadãs e cidadãos que se mobilizam para realizar eventos e, literalmente, 'botar o bloco na rua'. Por meio desta investigação, pretendeu-se entender os retornos do Carnaval, transbordando a análise em direção às dimensões social e simbólica e às relações estabelecidas com a cidade e as pessoas.

Também nos últimos anos, as formas de fomento praticadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa mudaram, buscando adaptar-se aos contextos e às demandas da comunidade cultural do Distrito Federal. Em 2019, o Carnaval foi fomentado por meio de uma estratégia que repassou recursos financeiros diretamente aos proponentes que tiveram seus projetos aprovados. Nos anos anteriores, o apoio governamental se deu sob a forma de disponibilização de infraestrutura, como palco e equipamentos de som e o repasse de recursos se limitava ao pagamento de cachês. Havia, para a montagem de infraestrutura, a participação de patrocinadores e, para a realização do evento, uma atuação mais abrangente da Secec que se responsabilizava pela comunicação e até pela emissão de alvarás.

Por isso, um eixo de investigação buscou levantar as percepções sobre esse formato de financiamento, na intenção de construir uma evidência útil para a elaboração de editais similares no futuro, capazes de aliar à característica espontânea da festa ao aperfeiçoamento do uso dos recursos aportados. Essa contribuição poderá ser útil também para outros governos locais que tenham interesse no fortalecimento da pauta e das práticas do Carnaval de rua.

As seções se organizam para apresentar inicialmente uma nota metodológica, seguida de uma caracterização inicial dos blocos que participaram deste estudo. A terceira seção apresenta as histórias dos blocos e as principais motivações envolvidas na sua criação e na realização dos eventos. A seção posterior traz um breve relato sobre os aspectos econômicos envolvidos na manutenção dos blocos e, por fim, as informações extraídas das entrevistas sobre a avaliação do edital, dos serviços públicos envolvidos na realização dos eventos e da política do carnaval. A organização das seções está em consonância com os quatro eixos temáticos sobre os quais foi organizada a pesquisa.

Na seção final, com as considerações conclusivas, é possível identificar uma síntese das múltiplas diversidades identificadas na análise dos dados coletados: as pessoas possuem origens muito diversas, assim como são muitas as influências e inspirações trazidas para o Distrito Federal e incorporadas aos eventos por meio dos mais variados estilos musicais e formatos. Igualmente diversificadas são as motivações que levaram e levam as pessoas a produzir eventos no período do Carnaval, superando uma longa lista de desafios para tanto.

Os entrevistados reivindicam o direito à cidade e manifestam o desejo de levar o carnaval para os espaços que normalmente não têm essa finalidade e permitir que mais pessoas vivenciem esta alegria.

2. NOTA METODOLOGICA

Esta estratégia de pesquisa foi desenvolvida pela Codeplan em parceria com a Subsecretaria de Economia Criativa, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Essa parceria se deu de forma mais próxima nas etapas de planejamento e coleta dos dados. Da Codeplan, participaram do delineamento da estratégia pesquisadoras das Diretorias de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS), de Estudos Urbanos e Ambientais (DEURA) e de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (DIEPS).

Em síntese, esta pesquisa percorreu as etapas de desenho, planejamento, elaboração do instrumento de coleta de dados, coleta de dados, análise e elaboração deste relatório.

2.1. Roteiro de entrevistas

Inicialmente, o roteiro de entrevistas foi elaborado pela equipe da Codeplan e submetido à análise e aprovação da Secec. Com isso, buscou-se assegurar que as entrevistas seriam direcionadas a captar informações relevantes aos gestores da pasta. Em reunião presencial, a Secec propôs ajustes, que foram incorporados à versão final, utilizada nas entrevistas realizadas na fase de pré-teste.

O roteiro é composto por 62 perguntas distribuídas em 4 partes, sendo:

- Parte 1: Identificação do bloco
- Parte 2: História e Simbologia
- Parte 3: Aspectos econômicos
- Parte 4: Avaliação da política de Carnaval da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e do processo de produção do evento

2.2. Seleção dos entrevistados

A proposta inicial previa a participação dos 55 blocos fomentados pelo Edital de Chamamento Público nº 19/2018 - Edital para Apoio a Atividades Carnavalescas de Rua do Distrito Federal 2019. Os contatos com os blocos para agendamento das entrevistas foram feitos pela Secec. Contudo, não foi possível o contato com alguns deles e outros blocos não aceitaram o convite para a entrevista. Dessa forma, foram realizadas 37 entrevistas, das quais 34 foram gravadas e utilizadas na elaboração deste relatório.

O pré-teste foi feito com 3 blocos, de diferentes Regiões Administrativas e portes. A partir dessa experiência, foram incorporados os últimos ajustes ao roteiro de entrevistas. A principal adaptação foi a retirada de parte das questões sobre aspectos econômicos, relacionadas ao uso do recurso financeiro recebido, com a discriminação dos fornecedores contratados. Essa seção foi excluída porque não foi possível obter informações durante as entrevistas, ainda que pessoas fossem previamente informadas sobre essa necessidade e solicitadas a trazer dados para respondê-las. Antes de excluir as questões, tentou-se que os blocos enviassem informações depois da entrevista. Contudo, também não se obteve sucesso nesta tentativa: nenhum dos blocos enviou os dados mesmo após sucessivos contatos.

Os blocos entrevistados estão relacionados em ordem alfabética no quadro abaixo:

Quadro 1 - Relação dos Blocos entrevistados na pesquisa Investimentos no Carnaval: quais os retornos mensuráveis do Carnaval do Distrito Federal?

NOME DO BLOCO	NOME DO BLOCO	NOME DO BLOCO
Agoniza Mas não Morre	Divinas Tetas	Raparigueiros
Bailinho da Molecada	Essa boquinha eu já beijei	Rejunta meu Bulcão
Baratinha	Filhos do Carnaval	Rota 400
Baratona	Gagá...vião do Cruzeiro	Samba da Mulher Bonita
Bloco da Alice	Gran Folia	Samba Urgente
Bloco das Marias	Ki bloco é esse	Sereias Tropicanas
Bloco das Montadas	LGBTs Folia	Setor Carnavalesco Sul
Bloco do Peleja	Lordes do Areal e Águas Claras	Seu Júlio
Carna Museu	Mamãe Me Carrega	Ska Niemeyer
Carna Viola	Mamãe taguá	Suvaco da Asa
Carnapati	Máscaras cósmicas	Tutankasmona
Concentra Mas Não Sai	Meninos da Ceilândia	Vai com as profanas
		Virgens da Asa Norte

Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos no Carnaval: quais os retornos mensuráveis do Carnaval do Distrito Federal?, 2019

2.3. Coleta dos dados

A coleta de dados foi feita pelas equipes da DIPOS/Codeplan e Secec. As entrevistas foram realizadas com agendamento prévio, no qual eram fornecidas as informações necessárias para que as pessoas contatadas identificassem a mais indicada no seu grupo para a entrevista.

Antes de começar a entrevista, o entrevistado recebia informações mais detalhadas sobre os temas a serem abordados e confirmava a disponibilidade de tempo em torno de uma hora para o procedimento. Além disso, era solicitada a leitura e assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a autorização para gravar a conversa. Nenhum dos entrevistados se opôs à gravação.

Os entrevistadores foram treinados para estimularem o entrevistado a falar livremente e a utilizar o roteiro de entrevistas como uma referência. Portanto, era permitido que as perguntas fossem feitas fora de ordem ou omitidas, caso o entrevistado respondesse voluntariamente enquanto abordava algum outro tema. A orientação era de que todos as questões fossem respondidas desde que fosse respeitada a dinâmica própria estabelecida durante a conversa com o entrevistado.

2.4. Transcrição e análises

Os áudios foram transcritos na íntegra por uma equipe de 20 pessoas. Foi elaborado um protocolo de transcrição para garantir uniformidade de procedimentos entre a equipe. As transcrições foram feitas com o auxílio de softwares como o VLC e o Transcreve e de um modelo de Word para digitação. Ao final, as transcrições foram revisadas por amostragem, para checagem de qualidade.

As análises tiveram início com a categorização por temas e subtemas dos conteúdos transcritos. Foi organizada uma planilha de Excel com várias abas, cada uma contendo um

número de colunas igual ao número de categorias criadas para o tema. As categorias foram criadas tendo como principal referência as questões do roteiro, mas não mantêm correspondência idêntica com este. Em alguns casos, mais de uma questão foi agregada em uma mesma categoria. Novamente foi criado um protocolo para o preenchimento da planilha de categorização inicial dos dados. Ao final, cada categoria teve seu conteúdo analisado individualmente.

Foram feitas análises das narrativas dos entrevistados. A partir da leitura exaustiva de todas as respostas coletadas para uma mesma categoria, foi elaborada uma síntese dos principais resultados. Esta técnica não objetiva contagem de frequência das respostas e, portanto, análises não apresentarão a quantidade de blocos presente em cada uma. A exceção pode ser encontrada nas perguntas do relatório que demandaram respostas objetivas. Estas foram, sempre que possível, tabuladas. Com as tabulações, foram criados os gráficos que acompanham as análises. Para estas estão apresentados e analisados os gráficos com a compilação dos resultados obtidos.

2.5. Aspectos éticos

Todos os entrevistados receberam, leram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio do qual foram informados do caráter voluntário e não remunerado de sua participação, possibilidade de interrupção da entrevista e a alternativa de solicitar a retirada dos dados fornecidos para estudo até a data de sua publicação. Na assinatura do TCLE, foi garantido aos participantes o sigilo na divulgação das informações, razão pela qual, com exceção do trecho em que são apresentadas as motivações para a escolha dos nomes dos blocos, nenhuma das análises identificará o nome das pessoas entrevistadas ou o bloco que representam. Foi adotada uma numeração para cada bloco que se mantém ao longo do relatório e é mencionada após as citações reproduzidas na íntegra,¹ sempre dispostas entre aspas.

Além disso, todas as pessoas que participaram da etapa de transcrição e análise dos dados assinaram um Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo, no qual se comprometeram não só com a manutenção do sigilo em relação às informações, como também com uma série de procedimentos durante a transcrição para limitar o acesso aos dados.

2.6. Possíveis limitações da pesquisa

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nas dependências da Secec. Portanto, é preciso considerar a possibilidade de alguns dos respondentes terem sido influenciados pelo fato de a entrevista ter sido conduzida por um servidor da Secretaria e na própria Secretaria. Este fato é considerado um dos limitadores desta pesquisa, ainda que não tenha sido identificado – pela análise dos áudios e transcrições – nenhum elemento que permita confirmar este viés.

¹ Foram excluídos os trechos que permitiam a identificação do bloco, do entrevistado ou do entrevistador.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS BLOCOS ENTREVISTADOS

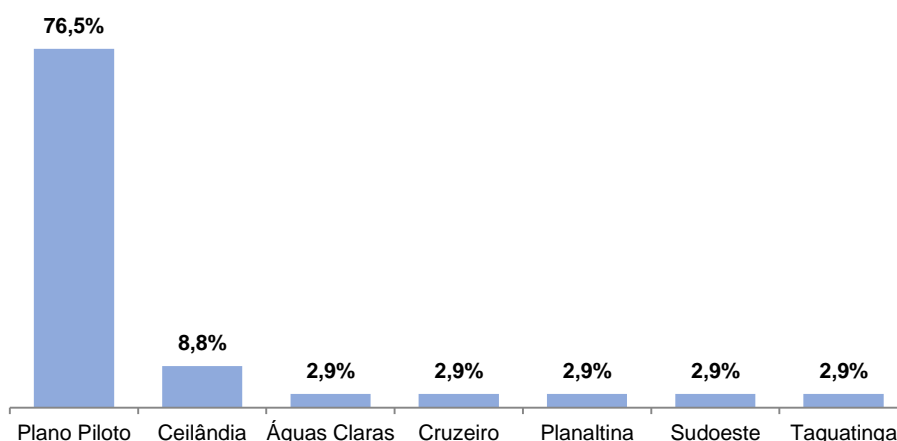
Nessa seção serão apresentadas as principais características dos blocos entrevistados, organizadas em três subseções. A primeira delas traz informações mais gerais como local de realização, porte e estimativa de público para os eventos fomentados no Carnaval de 2019. Nas subseções seguintes, são narradas as características dos grupos fundadores e as motivações envolvidas na criação dos blocos.

O principal objetivo foi captar elementos das dimensões social e simbólica envolvidas na realização dos eventos, na criação dos blocos e na manutenção desses grupos fundadores ao longo dos anos em torno dessa atividade.

A maior parte dos eventos fomentados no Carnaval de 2019 por meio do edital de chamamento público nº 19/2018 foi de pequeno porte (50%) e aconteceu no Plano Piloto (76,5%). Por outro lado, 14,7% dos blocos propuseram eventos de mega porte (com público acima de 40 mil foliões) e, juntos, estimaram a presença de cerca de 340 mil pessoas e receberam cerca de 40% dos recursos investidos (R\$ 700.000) para a realização de seus eventos. Dos 34 blocos entrevistados, 61,8% já havia recebido recursos do GDF em anos anteriores. Para outros 29,4% foi a primeira experiência dessa natureza.

A maior parte dos blocos fomentados realizou eventos na região administrativa (RA) do Plano Piloto (76,5%). Essa distribuição se deu entre os blocos entrevistados que, conforme o Gráfico 1, se concentraram fortemente na RA Plano Piloto. A segunda RA mais presente foi a Ceilândia, e também foram entrevistados blocos que realizaram eventos em Águas Claras, Cruzeiro, Planaltina, Sudoeste e Taguatinga, com um bloco cada.²

Gráfico 1 - Percentual de blocos entrevistados, por região administrativa de realização do bloco, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

² Os 55 blocos fomentados saíram nas seguintes regiões administrativas: Plano Piloto: 41; Taguatinga: 3; Ceilândia: 3; Águas Claras: 2; Gama: 2; Candangolândia: 2; Planaltina: 1; São Sebastião: 1.

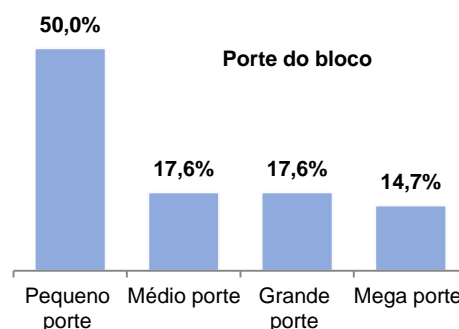
De acordo com o edital publicado pela Secec em 2018, os blocos deveriam propor eventos em uma das quatro faixas determinadas pela expectativa de público para o Carnaval 2019. A quantidade de blocos entrevistados, por linha de fomento, está disposta no Quadro 2. Metade dos blocos entrevistados eram de pequeno porte. A proporção de blocos dos demais portes foi similar, 17,6%, 17,6% e 14,7%, para médio, grande e mega porte, respectivamente (Gráfico 2).

Quadro 2 - Quantidade de blocos entrevistados, por linha de fomento, Distrito Federal, 2019

Linhas	Porte	Número de foliões	Valor do Fomento	Qt. blocos entrevistados
I	Pequeno	Até 4.000	R\$ 10.000	17
II	Médio	até 10.000	R\$ 50.000	6
III	Grande	até 40.000	R\$ 100.000	6
IV	Mega	a partir de 40.001	R\$ 140.000	5

Fonte: Edital nº 19/2018. Secretaria de Cultura e Economia Criativa, 2018; Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

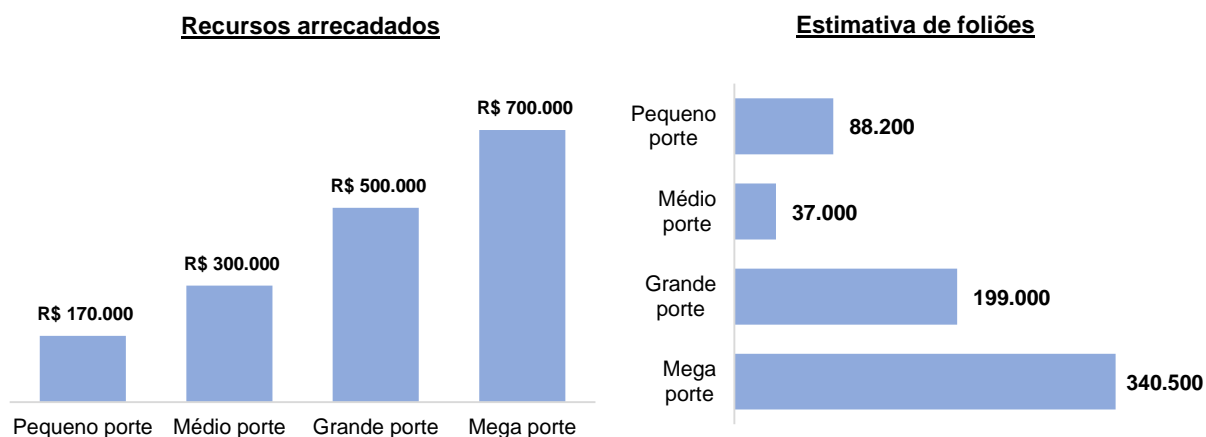
Gráfico 2 - Percentual de blocos entrevistados, por porte, DF, 2019



Os 34 blocos entrevistados receberam, em conjunto, um valor de R\$ 1.670.000,00 do Edital nº 19/2018, o que corresponde a praticamente metade do recurso previsto (R\$ 3,6 milhões). Os blocos de pequeno porte, apesar de estarem em maior número, receberam do GDF um total de R\$ 170.000,00, enquanto os de mega porte, um total de R\$ 700.000,00 (Gráfico 3).

Os blocos forneceram à pesquisa uma estimativa de público presente em seus respectivos eventos. De acordo com essas estimativas declaradas, pode-se afirmar que esses 34 blocos juntos levaram aproximadamente, 664.700 foliões às ruas do Distrito Federal. Vale ressaltar que o número de foliões pode ter sido maior que o apresentado, uma vez que dois blocos (um de médio e um de pequeno porte) não souberam informar o público presente em seus eventos.

Gráfico 3 - Valor arrecadado junto ao Edital nº 19/2018 e estimativa de foliões calculada pelos blocos, por porte, Distrito Federal, 2019

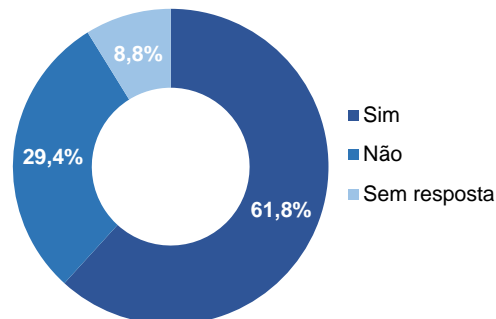


Fonte: Edital nº 19/2018. Secretaria de Cultura, 2018. Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Os blocos de mega porte atraíram cerca de 340.500 foliões, os de grande porte, 199.000, os de médio atraíram um menor contingente de pessoas, cerca de 37.000, e os blocos de pequeno porte, levaram às ruas aproximadamente, 88.200 foliões (Gráfico 3).

Mais da metade dos blocos entrevistados haviam recebido recursos e/ou estrutura do GDF em anos anteriores a 2019 (61,8%). Somente 29,4% afirmaram não ter recebido (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual de blocos entrevistados, por recebimento de recursos/estrutura do GDF em anos anteriores a 2019, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

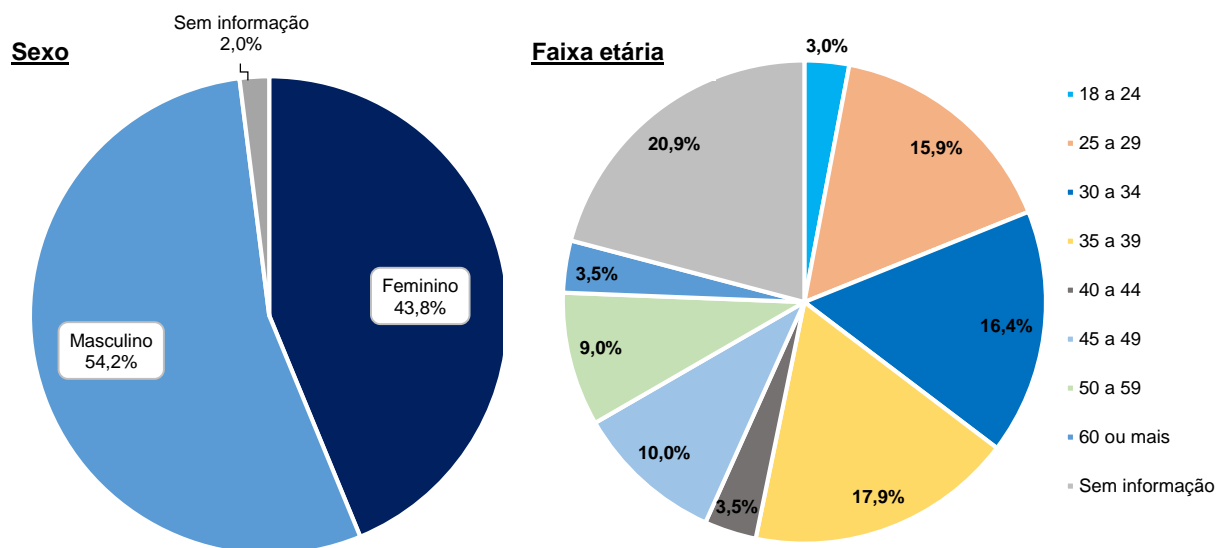
4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS FUNDADORES

Algumas questões sobre os aspectos demográficos dos fundadores foram feitas para os representantes dos blocos que concederam as entrevistas, como sexo, faixa etária, escolaridade e RA de residência. Alguns blocos possuem muitos integrantes e alguns dos representantes não possuíam, no ato da entrevista, informações sobre cada um deles. Por essa razão, aparece a classificação “sem informação” nos Gráficos de 5 a 7.

As características dos grupos fundadores que agrupam a maioria de seus integrantes são: a) a origem no Plano Piloto (30,8%), b) o sexo masculino (54,2%), c) o nível de escolaridade superior completo (56,2%). A idade é distribuída de forma mais ou menos uniforme entre aqueles que têm entre 25 e 29 anos (15,9%), 30 a 34 anos (16,4%) e 35 a 39 anos (17,9%). Isso permite afirmar que a metade dos integrantes dos grupos fundadores têm entre 25 e 39 anos (50,3%).

De acordo com o levantamento realizado, aproximadamente, 201 pessoas são fundadoras e/ou atuais integrantes dos 34 blocos entrevistados. Os fundadores desses blocos são majoritariamente do sexo masculino (54,2%). As mulheres correspondem a 43,8% do total de fundadores (Gráfico 5). As faixas etárias predominantes foram de jovens e adultos com até 39 anos de idade, de forma mais específica, 15,9% possuem de 25 a 29 anos, 16,4% de 30 a 34, e 17,9% de 35 a 39 (Gráfico 5).

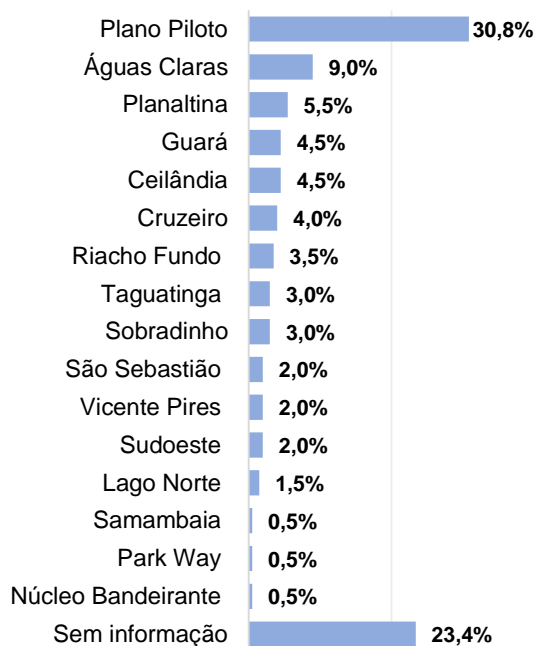
Gráfico 5 - Percentual de fundadores, por sexo e idade, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

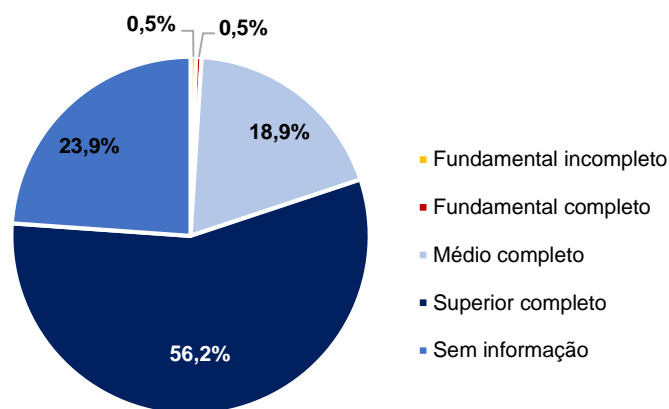
A maior parte dos fundadores dos blocos residem no Plano Piloto (30,8%). As demais regiões administrativas (RAs) com maior contingente de integrantes desses blocos são Águas Claras, Planaltina e Guará. Não foi possível identificar a RA de residência de 23,4% dos fundadores (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Percentual de fundadores, por RA de moradia, Distrito Federal, 2019



Mais da metade dos integrantes dos blocos entrevistados possuem ensino superior completo (56,2%), e 18,9% possuem ensino médio completo (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Percentual de fundadores, por nível de escolaridade, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

4.1. Histórias dos blocos: quais as motivações envolvidas?

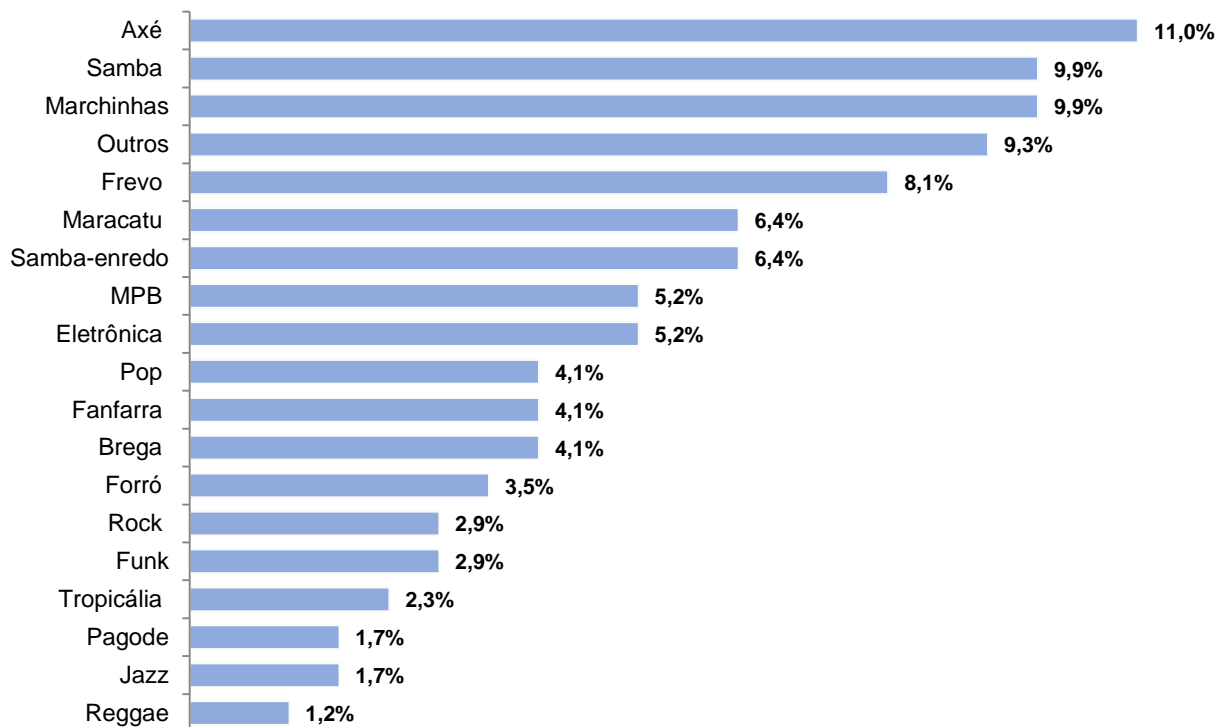
Várias e peculiares são as motivações para pessoas se lançarem à empreitada de colocar um bloco na rua no Carnaval do DF. Há histórias de grupos de ex-moradores de outros locais que buscavam replicar no seu novo território iniciativas; histórias de grupos que buscavam, por meio do bloco, espaço para seus estilos musicais, uma estratégia para ocupar e dinamizar seus territórios de moradia ou criar um ambiente seguro para um determinado público frequentador. E, claro, histórias de indivíduos que, de formas mais espontâneas e despreziosas, foram percorrendo caminhos que acabaram levando à criação de blocos.

Dentre aqueles que queriam transpor para o Distrito Federal experiências de outros locais, houve, por exemplo, um grupo de cariocas morando em Brasília que resolveu fazer uma escola de samba nos mesmos moldes das escolas do Rio de Janeiro: com projetos sociais durante o ano, mobilizando a comunidade e fazendo do carnaval uma construção coletiva de um território. De forma menos planejada, um dos blocos começou com uma pessoa que já fazia um samba semanal no mesmo local há anos. Com o tempo, ela ganhou popularidade e uma série de fãs, vizinhos e frequentadores que acabaram motivando-a a se inscrever no edital para a realizar um evento na rua durante o carnaval. Essa iniciativa mais individualizada também é vista em outros grupos que são capitaneados por pessoas que, movidas por razões distintas, também tomaram essa atitude. Em outra história, uma mãe queria um bloco que acolhesse seu filho e outras crianças nas mesmas condições e se lançou na iniciativa de criar um bloco.

Iniciativas que buscam trazer para o carnaval eventos com estilos de música específicos, ainda que com caráter mais coletivo, são vistas em outros agrupamentos. Esta é, portanto, uma categoria que explica a criação de vários blocos de carnaval no Distrito Federal. Essa intenção acabou por incorporar ao carnaval uma série de eventos de estilos diferentes. Alguns contam também com a oferta de shows de bandas, DJs, artistas circenses e performances, para citar alguns exemplos. O Gráfico 8 representa a diversidade musical

contemplada nos eventos. Quando questionados, cada representante de bloco pôde citar todos os estilos de música com que trabalha, de modo que os percentuais não informam quantos blocos têm estilos musicais exclusivos.

Gráfico 8 - Percentual de blocos entrevistados, por estilo(s) de música/ritmo, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Outro motivo citado para a criação de blocos é o desejo das pessoas de realizarem eventos nas regiões em que vivem, fazendo com que o carnaval transbordasse do Plano Piloto para outras partes do Distrito Federal. Como visto, esse tipo de iniciativa ainda é a minoria no número de grupos e eventos realizados em 2019.

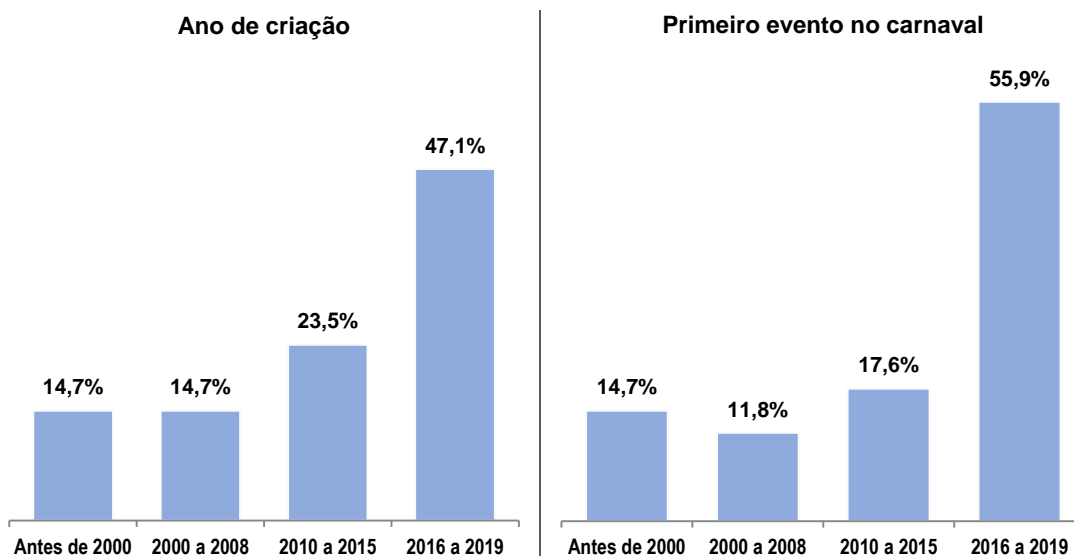
Alguns blocos mais recentes também tiveram como motivação inicial o desejo de criar eventos voltados para públicos específicos, sobretudo, nesse caso, LGBTs, mulheres e crianças. A ideia não é excluir nenhum tipo de público, porém, a prioridade é criar um ambiente seguro e acolhedor para os públicos a que se dedicam.

De forma mais despretensiosa, tem-se a criação espontânea de blocos que saíam inicialmente em outros blocos ou grupos que eram inicialmente bandas e resolveram tocar também no carnaval. Por fim, é também recorrente, sobretudo entre os grupos mais recentes, a associação do evento no carnaval a uma marca ou banda que se estende para além desse período do ano e possibilite para o grupo uma fonte de renda com atuação mais duradoura.

4.2. Ano de criação dos Blocos

O bloco mais antigo entrevistado foi criado em 1983. Novos blocos foram surgindo lentamente até da década de 2010. Conforme o Gráfico 9, a chegada de 2015 muda esse cenário que, desde então, é marcado pela criação de uma média de mais de 6 blocos por ano. Oito dos blocos entrevistados foram criados em 2018 e três estrearam no carnaval de 2019. O gráfico também mostra que mais da metade fez seu primeiro evento nos últimos 5 anos.

Gráfico 9 - Percentual de blocos, por ano de criação e ano do primeiro evento no carnaval, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Entre os mais antigos, os relatos da fundação do grupo contam histórias de improviso, com o uso de estruturas emprestadas, como caminhões que foram usados como trios elétricos e de estratégias de arrecadação de recursos como a venda de produtos e a doação direta de integrantes do grupo fundador. Entre os mais recentes, observa-se o foco na captação de recursos via editais governamentais e na realização de eventos para arrecadação de recursos.

4.3. Temas

Boa parte das pessoas entrevistadas afirmaram que o bloco não possui um tema fixo em seus eventos e que, a cada ano, um novo mote é escolhido, normalmente inspirado em acontecimentos recentes. Para um desses blocos, o tema permanente são notícias polêmicas envolvendo mulheres. Entre os blocos que possuem temáticas, o mais comum são as homenagens a pessoas famosas ou não, a músicos ligados ao carnaval ou ao samba. Outros fixaram seus temas de acordo com o estilo musical predominante.

Os blocos infantis têm as crianças como temática permanente e alguns se declararam feministas, LBGTS e defensores da diversidade. Um pequeno grupo adotou como tema figuras mitológicas ou criadas no universo da literatura. Outro bloco homenageia, a cada ano, um país diferente.

Entre os temas adotados em 2019, foi bastante recorrente a promoção do respeito às minorias, às mulheres e à comunidade LGBT e alertas contra o uso de drogas e álcool, sobretudo em blocos infantis. Nenhum dos blocos informou adotar temas diretamente relacionados à política, tendo alguns expressado a intenção de evitar polêmicas associadas a eles.

4.4. Histórias dos Nomes dos Blocos

Nessa seção sobre as histórias dos nomes escolhidos, optou-se por identificar os blocos como forma de exemplificar as análises. O fundamento é a compreensão de que essas narrativas não comprometem nenhuma das pessoas entrevistadas e, portanto, não fere o sigilo pactuado com elas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.³

Os blocos são batizados por motivos diversos. Uma parte dos nomes foi escolhida como forma de homenagear pessoas, lugares ou estilos musicais. Nesse grupo estão as homenagens a) ao samba, à música de viola (Carnaviola) e à Tropicália (Divinas Tetas, Vai com as Profanas); b) a Caetano Veloso, Nelson Sargento (Agoniza mas não Morre), Oscar Niemeyer (Ska Niemeyer) e Athos Bulcão (Rejunta meu Bulcão); c) ao Recife, ao Nordeste (Bloco dos Raparigueiros), ao Distrito Federal (Bloco das 400) e suas Regiões Administrativas, como Ceilândia (Meninos da Ceilândia) e Cruzeiro (Suvaco da Asa). Algumas das homenagens se sobrepõem, como no caso do bloco Ska Niemeyer que homenageia, ao mesmo tempo, o arquiteto Oscar Niemeyer e o Distrito Federal. As homenagens aos territórios costumam ser motivadas pelas origens de pelo menos parte do grupo fundador do bloco, como no Bloco dos Raparigueiros, Meninos da Ceilândia e o Suvaco da Asa.

Uma parte dos blocos recebeu nomes que têm relação com alguma peculiaridade na história dos fundadores, como o Mamãe me Carrega e o Carnapati. Outros fazem alusão ao tema dos desfiles ou ao estilo musical adotado, como o Máscaras Cósmicas, por exemplo. Alguns têm como mote de criação a defesa da diversidade ou o debate do papel social das mulheres e receberam nomes que refletem esta temática. É o caso do Tutankasmona, Bloco das Montadas, Vai com as Profanas e Bloco das Marias.

Há duas outras origens para estes nomes. A primeira são os insights; a percepção inesperada de um fato ou condição que, de repente, passa a inspiração para o nome do bloco. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o Ki Bloco é Esse:

“Eu quero um bloco diferente, um bloco de rua que envolva vários artistas de todas as áreas né, e que seja tipo um ‘mambembe’ que eu ainda não consegui fazer porque é uma estrutura muito cara, mas que fique fixo, queria realmente que fosse um desfile, malabares, perna de pau, música no meio, palhaço e vai por aí, um cuspidor de fogo, equilibrista e mais uma banda passando, tipo isso. e aí quando eu conversei com alguns artistas da minha cidade a galera falou: ‘Caraca, que bloco é esse?!’. Aí, eu disse: ‘Aí, o nome tá aí. Eu quero que todo mundo que veja, que assista o bloco, fale assim: ‘Caraca, que bloco é esse?’”

É comum, por fim, que os blocos tenham nomes que expressem dubiedade e, logo, suscitem várias interpretações, tradição que pode ser vista em outras cidades e blocos de carnaval no país. Nesse grupo estão os blocos Divinas Tetas, Virgens da Asa Norte e também a escola de samba Lordes do Areal e Águas Claras.

4.5. Origem dos grupos fundadores

Pode-se afirmar, a partir dos dados coletados, que existem duas ‘ondas’ de criação de blocos no Carnaval do DF. A primeira delas, ocorrida entre as décadas de 1980 e 1990, e a segunda, mais recente, foi iniciada em 2015 e parece ainda estar em plena atividade. A origem dos blocos difere de acordo com essas ‘ondas’. Na primeira, os grupos tinham vínculos de amizade ou de vizinhança e como objetivo criar um carnaval onde não havia tradição nem programação desse tipo. Esse segundo movimento é mais caracterizado por grupos que já

³ Para saber mais sobre esse termo, ver a Nota Metodológica.

possuíam alguma atividade no meio cultural e que, com o intuito de ampliar a variedade de eventos ou contemplar públicos distintos, acabam optando por criar um bloco de carnaval.

Com isso, mais da metade dos blocos entrevistados possui, como integrante do grupo fundador, pelo menos uma pessoa envolvida com a cena cultural no Distrito Federal. São produtores culturais de eventos variados, festas particulares ou teatro, músicos, ligados aos mais diversos ritmos musicais, como no relato:

“(...) quando a gente começou o movimento em 2015, ali, que a gente começou a movimentar essa história, isso partiu de quatro amigos que se juntaram: ‘Vamos fazer um bloco? Vamos!’ Aí, pensamos tudo isso, então, a gente começou a chamar... E são quatro amigos também que são envolvidos em uma série de outros projetos musicais na cidade... É.. tem seus próprios projetos autorais também...” (Bloco 02)

Entre os mais antigos, são mais comuns histórias que relatam um processo mais amador na formação do bloco, como no seguinte relato:

“Bom, foi dessa forma, assim, não foi nada muito: ‘vamos criar um bloco, vamos?’. Não. Foi porque eu queria uma atividade pra eu levar meu filho porque eu não podia ir ao carnaval com ele, na condição dele. (...) Fui eu mesma. Só você?
Na cara e na coragem. O que eu contei foi com a ajuda das meninas que organizavam, no espaço para me darem, assim, o caminho das pedras. Por exemplo, como elas são moradoras da quadra e organizadoras de evento, elas me apresentaram ao prefeito da quadra pra pedir, por exemplo, (...) um parque...” (Bloco 14)

Nesse conjunto, estão os blocos formados por grupos de amigos, familiares ou vizinhos e, de forma menos frequente, de colegas de trabalho que, durante um encontro com outra finalidade, tiveram a ideia de criar um bloco de carnaval:

“Enfim, surgiu essa ideia, num bate papo, num bar.
Pesquisador: Sim, muito legal.
Então, foi assim que começou.” (Bloco 27)

Independente da origem desse grupo inicial, a ideia era realizar eventos no carnaval de Brasília que não tinha, até então, atividades como as que hoje são produzidas pela variedade de blocos criada.

O que varia de acordo com a origem desse grupo é a rotatividade dos integrantes. É mais comum encontrar alguma rotatividade de pessoas e funções nos blocos mais antigos. Alguns desses se formalizaram em associações ou institutos culturais e, por força do estatuto, realizam rodízio de atividades a cada período, normalmente, de dois anos.

“Existe rotatividade destas funções?
Existe. Geralmente, a mudança de presidência acontece de dois em dois anos. (...) A presidência e a diretoria, né? Mas, por conta de nos últimos anos, vem dado certo e a facilidade que eu encontro aqui no governo de articular estes benefícios que a gente ganha, eu venho mantido no cargo.” (Bloco 02)

O relato acima demonstra bem a realidade de vários blocos entrevistados. Ainda que exista a necessidade formal, os grupos optam por arranjos que lhes parecem mais eficazes em um dado momento. Entre todos os grupos entrevistados, são características marcantes a fluidez e a adaptabilidade para a criação de organizações e estruturas enxutas, eficientes e capazes de realizar os eventos. A outra face disso é a presença pouco marcante de hierarquia e de uma distribuição formal de tarefas, funções e cargos.

Nos grupos mais recentes, além de alguns não terem tempo de duração suficiente para vivenciarem essas situações, há, em alguns casos, uma relação mais bem caracterizada como comercial e, portanto, o bloco é um dos projetos ou das atividades profissionais das

peessoas. Portanto, a rotatividade não se encontra no horizonte de possibilidades previstas para o grupo. Nestes também há uma diferenciação mais clara entre o bloco e a banda. Há um núcleo duro que organiza e produz o evento que, para acontecer, conta com uma banda que pode ser – ou não – uma ampliação deste grupo organizador.

“Sim, tem esse núcleo duro, né? Esse coração que somos nós, amigos de muito tempo. Mas, como o evento vem crescendo, né? Hoje a gente tá tocando prá mais de 5.000 pessoas, (...) a gente montou a estrutura para este público e a gente... surgiu a necessidade de trazer outras pessoas, né? (...) a gente tem uma banda grande de 11 pessoas aí, com bastante gente tocando.” (Bloco 13)

4.6. Vínculo com o território

A maior parte dos blocos não possui um vínculo com um território específico no Distrito Federal. Contudo, se observados os blocos que têm origem fora do Plano Piloto, o que se percebe é uma situação inversa: o vínculo com o território e com a comunidade é um marcante traço característico. Ademais, entre os blocos mais recentes, a vinculação identificada foi com públicos específicos, como mulheres ou a população LGBT.

Somente uma das pessoas entrevistadas relatou que o bloco possui um endereço onde realizam, durante o ano todo, atividades para a comunidade do entorno. Os outros blocos não possuem esse tipo de estrutura e nem executam projetos sociais com tal permanência.

Diante da pergunta “Qual é o vínculo do bloco com o território e a comunidade?”, várias pessoas compreenderam a pergunta como uma referência a esse tipo de relação supracitada e deram respostas como esta:

“(...) E esse grupo fundador né? Do (nome do bloco), tem algum tipo vínculo com a comunidade enquanto território? Como que é esse vínculo?
Total comunidade e território, só que nós é... a gente não faz trabalhos como fazem tipo curso de percussão pra comunidade. A gente não faz esse serviço. Mas a gente tá sempre em diálogo com... as mulheres, primordialmente, pra que a gente crie espaços na cidade que seja confortáveis...” (Bloco 22)

Os blocos realizados fora da região administrativa do Plano Piloto parecem ter integrantes mais conectados com a população local. Geralmente, o grupo fundador vive na região há muitos anos e conhece bem a vizinhança. O próprio surgimento do bloco tem relação com a identificação da lacuna de atividades no carnaval ou para um determinado público ou região específica, como as crianças ou a periferia das RAs, por exemplo. Nesse grupo, há relatos de participação da comunidade na organização do evento e na decoração do espaço.

Alguns blocos evidenciaram um vínculo com grupos específicos, como LBGTs, crianças ou mulheres, o que também se relaciona com o motivo pelo qual eles foram criados. Contudo, aqui também surgem outros grupos, como a comunidade de poetas e do teatro.

No Plano Piloto, há o relato de problemas com a vizinhança que manifesta com clareza que não gostaria de ter o bloco nas suas proximidades, e também situações opostas, nas quais a comunidade colabora com o evento, acolhe o bloco e participa.

Alguns blocos manifestaram o desejo de retornar para as RAs de origem, com as quais têm vínculo. Contudo, o porte do bloco atualmente supera a capacidade do território de receber pessoas e realizar os eventos.

4.7. Organização do bloco e distribuição de funções

De acordo com os relatos dos entrevistados, também as funções ocupadas pelas pessoas passaram por um processo de modernização. Os blocos formalizados como associações – todos surgidos há mais de 10 anos – possuem distribuição de cargos entre presidente, vice-presidente, tesoureiro e conselho fiscal. Alguns desses têm diretor de marketing e diretor geral. São pessoas que, normalmente, trabalham voluntariamente para que carnaval aconteça e que podem ser remuneradas, caso o edital permita, e só depois de todas as outras despesas pagas.

Dois blocos entrevistados são iniciativas de uma pessoa só que, uma vez que a disponibilidade do recurso é aprovada, acionam amigos ou outros profissionais para colaborar na realização. Nos demais, o que se observa é a distribuição de cargos em direções artísticas e/ou musicais, mestre de percussão, direção ou produção executiva, designers, articuladores, marketing, comunicação, mídias sociais ou publicidade, assistentes de produção, administrativo e contabilidade. Nesse grupo se encontram os profissionais com remuneração prevista na planilha orçamentária. Mesmo com essa previsão, foi possível identificar que nem todos esses profissionais receberam pelas atividades desempenhadas no evento do carnaval. O que ficou claro é que o evento fomentado não é algo em que se deva prestar serviços gratuitamente, como evidencia o comentário abaixo, em que o entrevistado demonstra isso com clareza:

“Pesquisador: Nesse caso, a sua função e a do (...), do elaborador são voluntárias ou remuneradas?”

Não, foram todos remunerados. Voluntários só se for pra hospital, creche... tem que ganhar dinheiro, né? Comprar o leite pras crianças.” (Bloco 31)

5. ASPECTOS ECONÔMICOS

Em relação aos aspectos econômicos, buscou-se identificar a origem dos recursos utilizados para a realização dos eventos, o nível de formalização dos grupos e a realização de eventos fora do período de Carnaval.

A utilização de recursos próprios é uma das principais fontes históricas de financiamento citada pelos blocos entrevistados. Praticamente todos os blocos afirmaram auto financiarem-se com “dinheiro do próprio bolso”. Todos os blocos afirmaram ter conseguido recursos e/ou estrutura junto ao GDF depois de algum tempo de atividade. Outras formas de financiamento que aparecem com certa frequência são patrocínios, com destaque para patrocinadores, principalmente da indústria de bebidas, e a promoção e/ou participação em eventos para levantar fundos, como por exemplo, feijoadas e festas particulares.

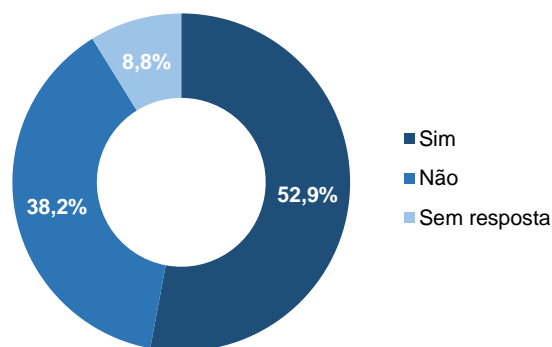
Em relação às formas de financiamento para o evento de 2019, muitos blocos afirmaram ter tido de 90% a 100% dos gastos custeados pelo GDF. Em alguns, a participação do GDF foi um pouco menor, e complementada com a utilização de recursos próprios e de patrocínios, novamente com destaque para a Ambev. Vale notar que, o patrocínio da Ambev, se deu tanto por repasse direto de recursos ou por meio fornecimento de produtos para venda, com diferentes volumes fornecidos para cada bloco. Em relação ao levantamento de recursos próprios, destacaram-se entre as entrevistas algumas formas utilizadas pelos blocos. São elas: promoção de eventos, participação em eventos particulares, vendas de camisetas, copos, bingos, vaquinhas e afins.

Boa parte dos blocos afirmou adotar a prática de realizar e/ou participar em eventos particulares durante o ano, fora do período carnavalesco. Alguns desses eventos são de pré-carnaval, ou estão fortemente associados aos nomes dos blocos ou de suas bandas. Outros possuem cunho social/cultural, como oficinas, e são voltados para as comunidades de atuação dos blocos. Essas oficinas também estão geralmente associadas a atividades carnavalescas, ou sociais, como: passos de frevo/dança, música, montagem de figurinos, eventos voltados para o dia da mulher, consciência negra e outros.

Boa parte dos entrevistados expôs não saber ao certo o número exato de pessoas presentes nos eventos de 2019 e relatou dificuldades para estimar. Poucos blocos possuíam métricas ou ferramentas como fotos de todo o público ou drones para isso. Outros poucos citaram a Polícia Militar como fonte da informação. Alguns blocos lamentaram que, devido às chuvas, a quantidade de foliões que estiveram presentes neste ano foi muito mais baixa do que esperavam.

A maior parte dos blocos afirmou não ter CNPJ. Entre os que possuem, foi possível identificar que eles consideram a formalização necessária para o melhor desenvolvimento de suas atividades. Entre

Gráfico 10 - Percentual de blocos entrevistados, por realização de outros eventos ao longo do ano, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

os que afirmaram não ter CNPJ, percebe-se que alguns pretendem formalizar o registro no futuro. A maioria, porém, não planeja a formalização por diversas razões, como não perceberem utilidade, considerarem os custos de manter um CNPJ altos, opinarem que o propósito de um bloco de carnaval não é ser uma empresa, entre outros.

6. AVALIAÇÃO DO EDITAL 2019

Essa seção apresenta os resultados obtidos com a análise dos itens dispostos no Edital de Chamamento Público nº 19/2018. Cada subseção traz a análise de um dos itens desse documento e, sempre que possível, encontra-se acompanhada de um gráfico que consolida as respostas dos entrevistados. A elaboração dos gráficos foi possível porque as perguntas solicitaram respostas objetivas, que classificaram a percepção sobre o item em categorias que variam entre muito ruim, ruim, regular, bom e muito bom. Vários dos itens abordam exigências criadas pelo edital para a apresentação da proposta ou para a realização do evento em si. O edital previa percentuais máximos aceitos com algumas das despesas esperadas e exigia que parte do recurso fosse gasto com outras despesas possíveis. Dessa forma, as despesas apresentadas na planilha orçamentária deveriam obedecer a seguinte distribuição:

Quadro 3 - Exigências previstas para a realização do evento no Carnaval 2019

ATIVIDADE	EXIGÊNCIA
Campanhas	Mínimo de 5% do valor total.
Contratação de segurança	1 profissional para cada 250 pessoas.
Limpeza	Fornecer condições mínimas.
Exigência de licenciamentos e alvarás	Obrigatório.
Previsão de gastos com despesas administrativas	Não poderá ultrapassar 15%.
Pagamento das atividades desenvolvidas pelo proponente	No máximo 30% e não poderá ultrapassar R\$ 45.000,00.
Prazos	Do edital e dos outros órgãos envolvidos.
Proteção do patrimônio público e privado	Obrigatório.
Relatório de execução do objeto	Obrigatório.
Prestação de contas	Obrigatório.
Brigadista	Três se o público previsto é até 1.000 pessoas. Mais 1 profissional a cada mil pessoas adicionais.
UTE	Obrigatório em eventos com público estimado entre 500 e 1.000 pessoas.
UTI	Obrigatório em eventos com público estimado superior a 1.000 pessoas. Se superior a 5.000 pessoas: uma unidade adicional a cada 5.000 pessoas.
Banheiros químicos	1 unidade a cada 250 pessoas, pelo menos uma unidade com acessibilidade (PcD).
Aterramento de estruturas	Obrigatório.
Extintores de incêndio	Obrigatório.
Posto Médico	Público estimado superior a 1.000 pessoas, com tamanho e características proporcionais ao evento e disponível ao longo do percurso.

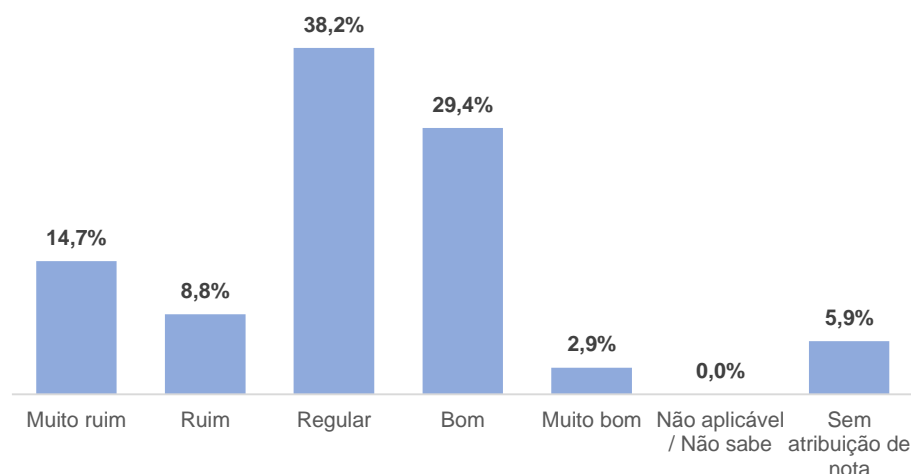
Fonte: Edital nº 19/2018. Secretaria de Cultura, 2018. Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

6.1. Distribuição do Uso do Recurso

Nesta subseção buscou-se avaliar a percepção geral sobre a distribuição total do recurso. Como pode ser observado, as especificações para a distribuição do recurso foram relativamente bem aceitas, contudo, algumas ressalvas foram evidenciadas. A primeira, feita por grande parte dos grupos de pequeno porte, refere-se ao gasto muito elevado com ambulâncias e socorristas. Outra ressalva refere-se à perda de eficiência no uso dos recursos investidos com a contratação individualizada feita por cada bloco.

De modo geral, a exigência da distribuição do recurso prevista no edital foi relativamente bem aceita pelos blocos entrevistados. O Gráfico 11 mostra que a maior parte classificou essa exigência como regular. Entre aqueles que comentaram itens específicos, encontram-se com maior recorrência as exigências dos gastos com saúde. Sobretudo para os blocos de menor porte, a exigência de contratação de ambulância soou um exagero e, pior, um problema para equilibrar o orçamento. Outro ponto comentado foi sobre a necessidade de aplicação de 5% dos recursos em campanhas publicitárias. As pessoas entrevistadas consideraram a) desnecessário porque a mídia digital é a mais útil atualmente; b) pouco recurso para a realização de uma campanha publicitária adequada; e) possível de ser cumprida somente porque o bloco possui uma equipe de voluntários para a divulgação.

Gráfico 11 - Avaliação da distribuição do uso do recurso no edital/2018, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Entre os que avaliam positivamente, com notas entre 3 e 4, as opiniões são de que o processo foi justo e priorizou o pagamento de elementos relevantes para a realização do evento. Entre aqueles que consideram a distribuição ruim ou muito ruim, existem sugestões para a otimização dos recursos:

“Aí, eu acho que, nesse momento, um lado de desperdício. Por exemplo: a gente tem que colocar a marca do GDF, nós que fomos contemplados. Por que cada bloco tem que imprimir e ficar com a sua marca do GDF? Depois que tocou, a gente jogou fora. Por que a gente não tinha uma marca só que a gente passa para um bloco e para o outro em dias diferentes?.” (Bloco 36)

Há também questões relacionadas à distribuição do montante do recurso destinado ao edital:

“Pois é, que eu vejo assim, não sei se foi porque foi essa sensação que eu tive, foi meu primeiro bloco. Mas eu achei que foi uma má distribuição blocos que ganharam

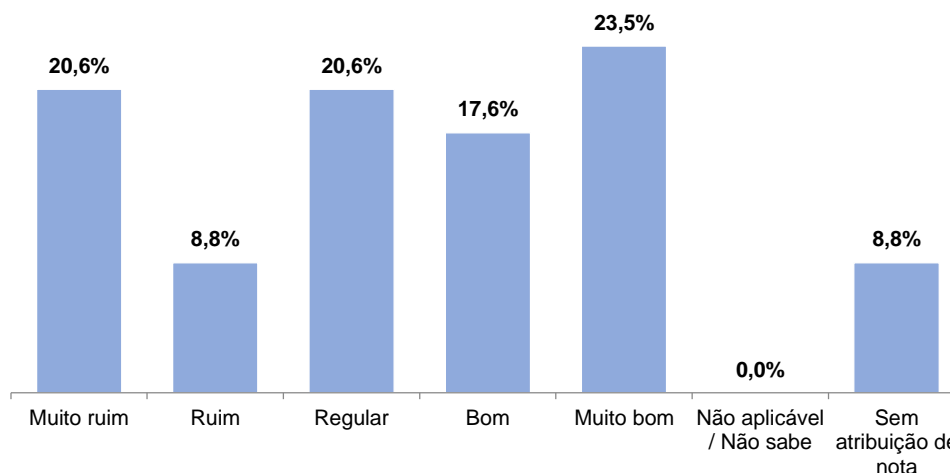
rios de dinheiro e outros que ganharam muito pouco, no meu caso assim, R\$ 10.000 não deu para nada.” (Bloco 34)

Este debate é frequente entre os blocos de pequeno porte. Por fim, há quem questione a falta de transparência relacionada ao processo de tramitação do edital. Nesse caso, o entrevistado questionou o que foi feito com o restante do recurso previsto, uma vez que foram aprovadas quantidades bem menores de blocos do que o planejado.

6.2. Contratação de segurança

A contratação de segurança patrimonial para o evento foi um ponto de debate importante porque parte dos grupos não concorda ser esse um tipo de gasto correto, visto que os governos já têm a responsabilidade de prover segurança – não só patrimonial – para todos os cidadãos e cidadãs. A quantidade de profissionais exigida variou de acordo com o porte dos blocos. Com isso, novamente os pequenos se sentiram sobrecarregados com a exigência, enquanto os que realizaram seus eventos em setores carnavalescos foram desonerados da exigência e puderam redirecionar o recurso para outra finalidade. Essa situação foi vista como uma injustiça com os demais, sobretudo, com os realizadores de eventos no período pré-carnaval.

Gráfico 12 - Avaliação da exigência de contratação de segurança, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Vários blocos reivindicaram a revisão da quantidade de seguranças demandada no edital. Para elas, a quantidade é superior ao necessário e, para parte destes, é superior ao que se pode pagar com o recurso disponibilizado. Foi recorrente o discurso de que não havia recurso suficiente para contratar seguranças. Além disso, vários entrevistados questionaram se essa não é uma demanda que deve ser suprida pelo Governo do Distrito Federal, uma vez que além de deter a prerrogativa de preservar o patrimônio e a segurança das pessoas, também é o ente que poderia evitar a sobreposição de demandas gerada pela contratação individualizada pelos blocos. Esse ponto dialoga com o debate sobre a elevação do preço gerado pelo aumento da demanda na época do carnaval.

A situação é agravada, na percepção de um dos entrevistados, porque não há um diálogo entre as entidades envolvidas e as pessoas que produzem os eventos:

“Mas a gente entende também que isso não é somente uma responsabilidade da Secretaria de Cultura, porque é aí que eu acho que entra a ausência de diálogos entre as entidades que fazem parte disso. Prá que a gente pactuasse um lugar confortável,

tanto para a segurança, quanto para a cultura, para a galera que questiona, né? Galera, os financiadores, para a gente que produz. Neste quesito, o diálogo entre as entidades é que seria mais interessante.” (Bloco 21)

A quantidade de seguranças exigida pelo edital ocasionou o manejo – citado por alguns dos blocos – na quantidade de público esperado para o evento. Com a redução nessa expectativa, os blocos puderam apresentar projetos nos quais constavam números reduzidos tanto de seguranças quanto de brigadistas.

Alguns blocos citaram o uso do espaço público como uma das características mais marcantes e interessantes do carnaval:

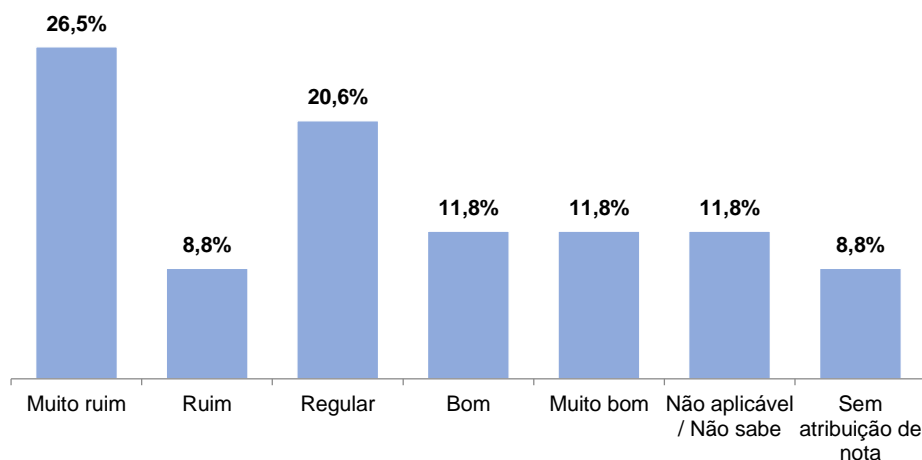
“Isso é o livre acesso à cultura, livre acesso à rua, livre acesso à rua. É bom que isso aconteça, que as pessoas, né? Se empoderem dos seus espaços e decidam autonomamente criar seus projetos artísticos e culturais.” (Bloco 21)

Por fim, houve o relato de um dos blocos que saiu em um setor carnavalesco. Nesse espaço, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa ofereceu a estrutura para a realização do evento, ficando por conta dos blocos a produção artística e do evento em si. Com isso, a planilha inicialmente apresentada foi alterada para excluir gastos com seguranças e brigadistas, por exemplo. No relato desse bloco, eles souberam, muito perto da data do evento, que deveriam reincluir essas despesas, o que impactou nas negociações que tinham sido feitas com artistas e fornecedores.

6.3. Contratação de limpeza

A contratação de limpeza constava como um item que deveria ser previsto na planilha orçamentária. Contudo, durante as entrevistas, foi possível perceber que nem todos compreenderam essa necessidade. Cerca da metade dos realizadores não sabiam que deveriam ter contratado um serviço de limpeza e, nesse caso, o que se obteve foi uma avaliação do Serviço de Limpeza Urbana (SLU). Aqui, como na contratação de segurança, o questionamento é: uma vez que o Estado já provê o serviço, por que deveria ser contratado outro serviço com recursos do próprio Estado?

Gráfico 13 - Avaliação da exigência de contratação de limpeza, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

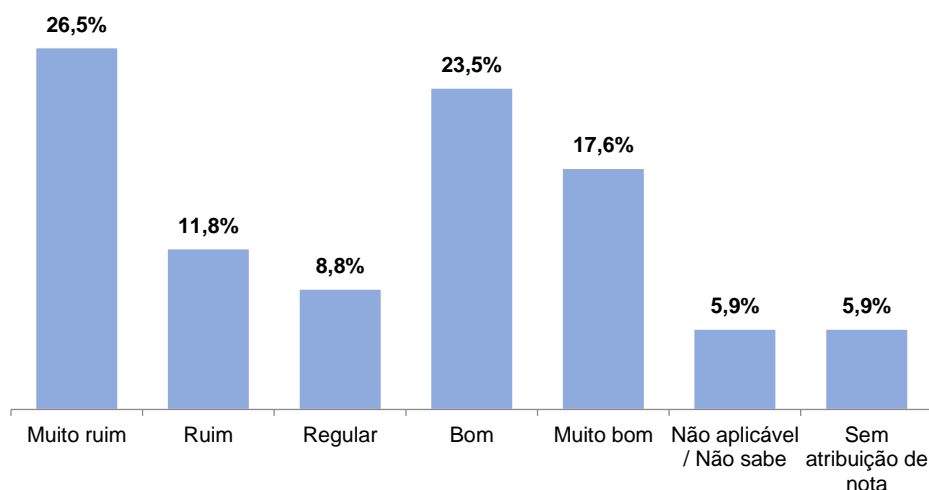
Em relação à contratação de limpeza, após a realização do evento dois temas foram recorrentes. O primeiro deles diz sobre o desconhecimento de praticamente metade dos

entrevistados de que esta era uma exigência do edital. Com isso, os blocos avaliaram o atendimento prestado pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e, ainda que tenha sido considerado muito bem feito, para alguns, a demora na chegada da equipe compromete a relação com a vizinhança e com a cidade. Alguns dos blocos se ocuparam pessoalmente da limpeza e realizaram mutirões no fim do evento. Outro discurso recorrente é sobre a responsabilidade do próprio GDF, por meio do SLU, de realizar a limpeza.

6.4. Exigência de licenciamentos e alvarás

O edital previa que os blocos providenciassem o alvará para a realização do evento. Esse ponto foi bastante controverso e os principais achados apontam para, novamente, o tratamento diferenciado para os blocos nos setores carnavalescos e, sobretudo, sobre a descoordenação entre os setores governamentais, ocasionando perda de tempo e recursos dos proponentes. Em anos anteriores, a Secec providenciava os alvarás para os blocos. Então, para vários, essa demanda foi uma novidade não muito bem recebida.

Gráfico 14 - Avaliação da exigência de licenciamentos e alvarás, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Em relação à demanda de licenciamento e alvará, se forma um coro em torno da falta de articulação entre os órgãos envolvidos, da desorganização, do excesso de burocracia e, logo, do tempo e do esforço envolvidos nesses processos. São muitos os relatos que contam sobre a necessidade de ir várias vezes ao mesmo órgão para retificar ou complementar documentos, ou de informações desencontradas entre os órgãos, para citar alguns exemplos.

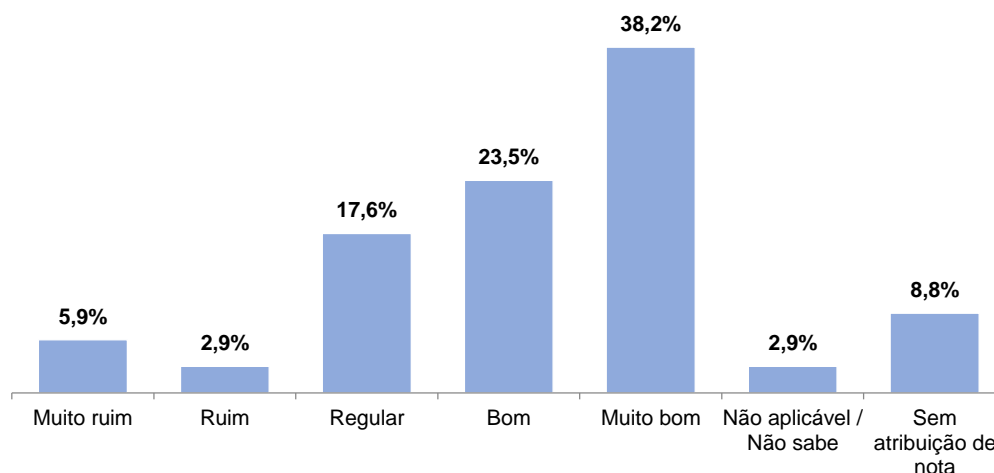
Boa parte dos entrevistados concorda que esses documentos devem ser exigidos e que são responsabilidade dos produtores dos eventos. Contudo, para os produtores, o processo poderia ser simplificado. Com os blocos que já têm experiência com eventos no carnaval, houve referências ao procedimento anteriormente adotado, no qual a Secec se responsabilizava pela emissão do alvará e do licenciamento e desonerava os grupos dessa demanda. Se conectam com esse discurso as reivindicações de isenção ou de subsídio para a emissão desses documentos, visto que a finalidade do evento é pública e gratuita.

Entre os blocos que saíram nos setores carnavalescos, houve confusão sobre a necessidade de providenciar ou não os documentos e, segundo os relatos, alguns o fizeram e outros não. Em relação aos demais, alguns também relataram que realizaram o evento sem a documentação que não ficou pronta em tempo hábil.

6.5. Campanhas

A exigência de investimento de 5% dos recursos recebidos na realização de campanhas também foi algo compreendido de mais de uma maneira pelos proponentes. Para alguns, a campanha referia-se à divulgação do próprio evento. Nesse caso, o percentual foi considerado inadequado porque o valor é insuficiente para a realização de uma campanha eficaz. Há um grupo, porém, que desenvolve campanhas virtuais e, logo, considera inadequada a reserva de recursos para sua realização. Outros blocos fizeram campanhas educativas voltadas para o respeito às mulheres e à diversidade.

Gráfico 15 - Avaliação da exigência de gastos com campanhas, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Mais da metade dos blocos concordam com a necessidade de serem feitas campanhas. Há um porém relacionado à quantidade de recurso destinado para a realização do evento. Além disso, nas entrevistas ficou evidente que algumas pessoas entenderam que a campanha se referia à divulgação e não à realização de uma campanha educativa, conforme explicitada no edital.

Para parte dos entrevistados, o papel social do bloco de carnaval implica em veicular mensagens de respeito à diversidade e de cuidado com o coletivo. Para outros, é importante que as campanhas sejam feitas o ano todo e, se possível, construídas com os públicos sobre os quais se refere.

“Mas, essas campanhas de conscientização, principalmente no que tange à questão de assédio e violência LGBT, elas têm que ser construídas com essas comunidades, entendeu? (...) Quem tem que ter voz, quem tem que falar o que tem que ser feito são elas! E essa construção dessas campanhas, isso tem que ser feito junto com essas pessoas. Não adianta. É... fazer de qualquer jeito e colocar lá “miga, sua loka”, sabe? Tipo ficar estereotipando um gay afeminado e... sabe? Não tem nada a ver. É errado isso. Tá totalmente errado. Então, assim, é legal pros blocos terem essa responsabilidade de... amplificar essa campanha. Não de fazer. Não é os blocos que têm que fazer. Eu acho que os blocos podem ajudar o governo é... a construir. Mas, mais que os blocos, é essa comunidade que sofre isso todos os dias.” (Bloco 02)

Alguns blocos só fizeram porque era obrigatório. Outros já realizavam esse tipo de campanha e a exigência lhes pareceu desnecessária. Dois blocos mencionaram também a participação em uma campanha coletiva e solidária chamada “Folia com Respeito”. Esses blocos doaram parte do material produzido para essa campanha que distribui material

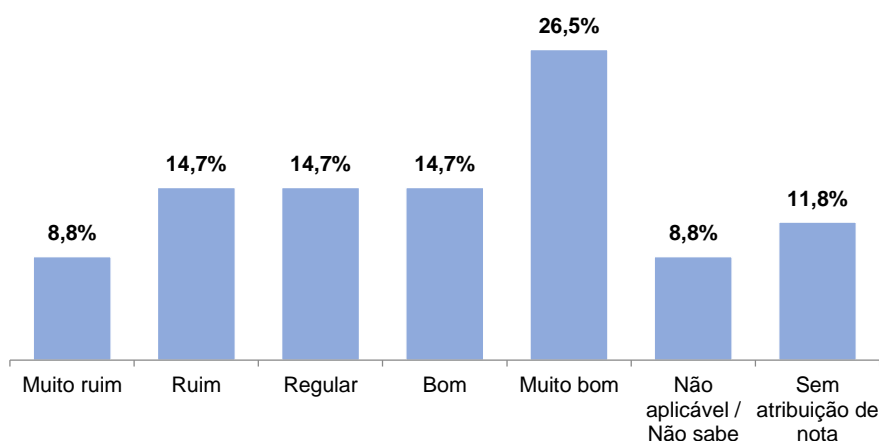
impresso com mensagens de respeito à diversidade. Um deles também mencionou que divulga essa campanha durante o evento, por meio da fala dos músicos e da apresentação de mensagens no painel do palco.

6.6. Despesas administrativas

Em relação às despesas administrativas, houve pouca clareza sobre o que significavam esses custos. Para alguns, a confusão foi criada pelo próprio edital que não especificou do que se tratava o item.

Vários blocos informaram como despesas administrativas as taxas pagas para o licenciamento ou para o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), por exemplo. Outros não sabiam que a exigência existia também. A maior parte, contudo, se reúne em torno dos discursos de que não havia recursos suficientes e, portanto, não teve esse tipo de despesa, tendo o trabalho administrativo sido feito voluntariamente ou custeado com recursos próprios do bloco.

Gráfico 16 - Avaliação da exigência de gastos com despesas administrativas, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

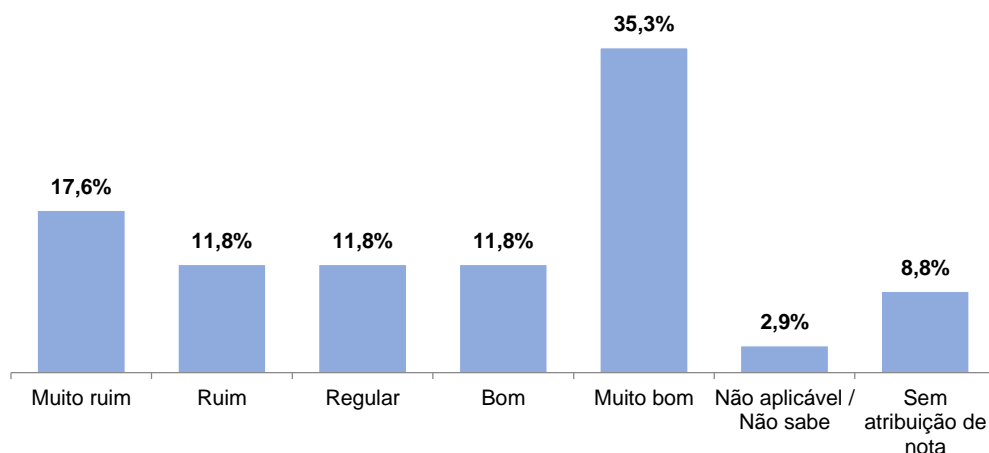
6.7. Atividades desenvolvidas pelo proponente

O edital também previa que o proponente da proposta pudesse ser remunerado com até 15% do recurso recebido para a realização de atividades. Novamente houve alguma confusão na compreensão desse ponto. Contudo, para aqueles que compreenderam e o utilizaram, a exigência foi bem avaliada.

As respostas também demonstram que havia pouca clareza em torno dessa exigência. Com isso, alguns blocos não sabiam que a exigência constava no edital, outros não compreenderam se era uma exigência ou uma possibilidade e outros previram o pagamento mas, com o desembolso das outras despesas, e acabaram por utilizar esse recurso para outras finalidades. Um dos produtores dos blocos relatou insatisfação em relação à esta situação:

“Muito ruim. Como é que ocê paga prá trabalhar? Isto não existe. E ainda tá lá, estampado, prá todo mundo ver, lindo, maravilhoso: GDF realizando. Ai, que lindeza. É uma exploração do carnavalesco, do profissional, do agente cultural. No meu caso, é. Eu vejo isto há dois anos seguidos. É uma exploração. Eu quero fazer? Quero. Porque eu acredito ainda que estou fazendo por um bem maior, prá mim, pros meus filhos, prá outras crianças. (...) Mas, não dá.” (Bloco 14)

Gráfico 17 - Avaliação da cláusula de pagamento das atividades desenvolvidas pelo proponente, Distrito Federal, 2019

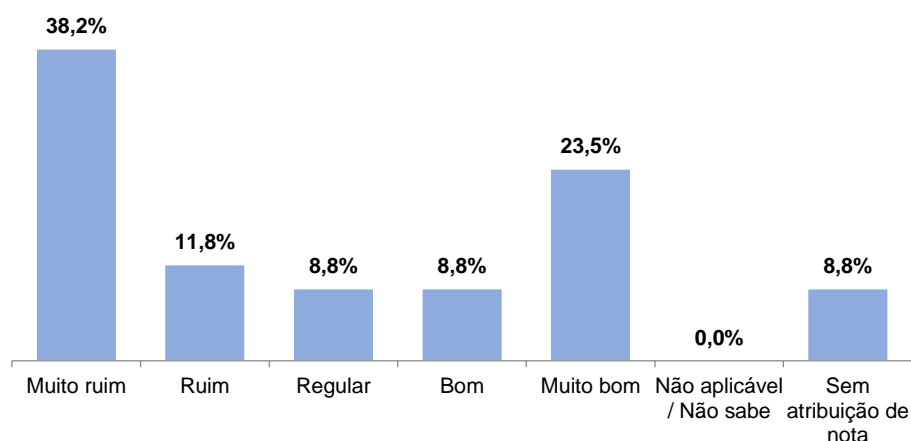


Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

6.8. Prazos

Os prazos previstos no edital foram bem avaliados. O não cumprimento dessa previsão, por outro lado, foi avaliado de forma bastante negativa, conforme evidencia o gráfico acima (Gráfico 17), com a metade dos entrevistados considerando ruim ou muito ruim. São fartos os relatos de que os recursos foram disponibilizados entre 1 e 2 dias antes da data agendada para realização do evento e, com isso, blocos tiveram dificuldades para contratar fornecedores e para obter a licença e o alvará. Como a comprovação da contratação de seguranças e brigadistas é necessária para a solicitação do alvará, alguns blocos passaram por dificuldades para efetuar a contratação e entregar a documentação completa aos órgãos competentes.

Gráfico 18 - Avaliação dos prazos previstos no edital/2018, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Alguns relatos demonstram que os proponentes estavam com dúvidas sobre a realização do evento até a véspera da data marcada. Para alguns dos entrevistados, o prazo ideal para o recebimento do recurso é entre 1 e 2 meses de antecedência.

Para as pessoas que já haviam apresentado propostas em anos anteriores, a transição de governo impactou no cumprimento dos prazos previstos no edital publicado ainda em 2018:

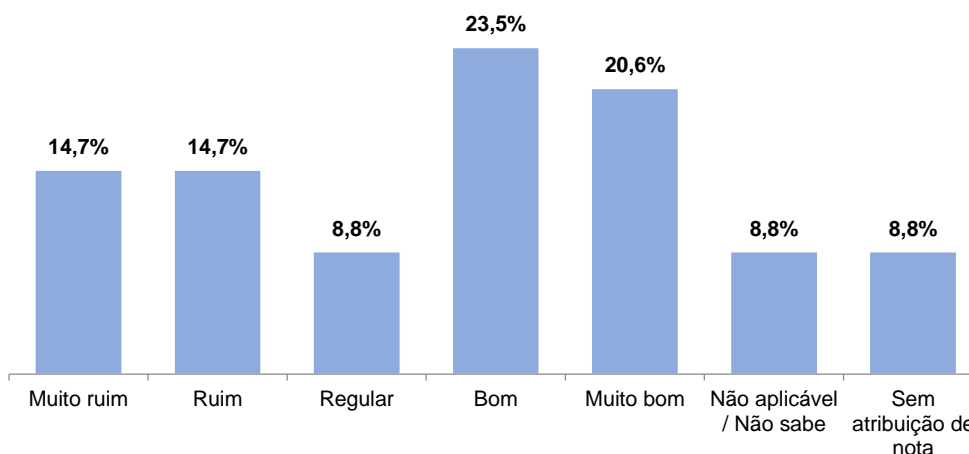
“As pessoas estavam muito perdidas, né? Eu cheguei em três setores, um passava pro outro e eu não conseguia saber com quem resolver.” (Bloco 27)

6.9. Proteção do patrimônio

Essa exigência previa que os blocos providenciassem a proteção do patrimônio público e privado no local da realização do evento. A avaliação é positiva por boa parte dos entrevistados. Contudo, a discussão acerca da eficiência no uso do recurso reaparece no questionamento sobre a responsabilidade do Estado em prover esse tipo de serviço.

A maior parte dos blocos acredita que deve existir a exigência de proteção do patrimônio. A fração que destoa argumenta que é dever do GDF prover esse tipo de proteção. Para alguns, é uma exigência desnecessária porque afirmam conhecer o seu público e que, portanto, não precisam investir parte do recurso nessa ação. Alguns blocos relataram terem gasto boa parte do recurso no cercamento de monumentos, por exemplo.

Gráfico 19 - Avaliação da exigência de proteção do patrimônio público e privado, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Para os blocos de pequeno porte, essa exigência pesou no orçamento. De todo modo, como mostra o Gráfico 19 acima, quase a metade considerou a exigência como boa ou muito boa, enquanto 30% aproximadamente considerou ruim ou muito ruim.

6.10. Peso e pontuação da avaliação das propostas

Nesse item buscou-se identificar qual era a percepção dos entrevistados com os critérios previstos na análise técnica e de mérito cultural dos projetos. Os critérios utilizados para a avaliação do projeto do evento entregue para avaliação foram os seguintes:

Quadro 4 - Critérios de avaliação dos projetos de eventos no Carnaval 2019

CRITÉRIOS	PESO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Critérios Artísticos			
A) Qualidade do projeto	2	0 a 5	10
B) Relevância cultural no Carnaval de Brasília	3	1 a 5	15
C) Conformidade da experiência profissional do proponente com as atividades exercidas no projeto	2	1 a 5	10
D) Coerência da ficha técnica com as atividades desenvolvidas	2	1 a 5	10
Critérios técnicos			
E) Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução à Justificativa e aos objetivos do projeto	3	1 a 5	15
F) Características logísticas da atividade carnavalesca,	3	0 a 5	15
G) Proposta de ações inclusivas e de combate a discriminação de todos os tipos	2	0 a 5	15
H) Análise da capacidade de gestão do projeto	3	0 a 5	15
Total			100

Fonte: Edital nº 19/2018. Secretaria de Cultura, 2018. Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Muitos não se lembravam da distribuição dos pesos e pontuações do edital. Os que tinham memória dessa seção foram os que se sentiram injustiçados ou acreditaram que os critérios não foram adequadamente aplicados pela banca avaliadora.

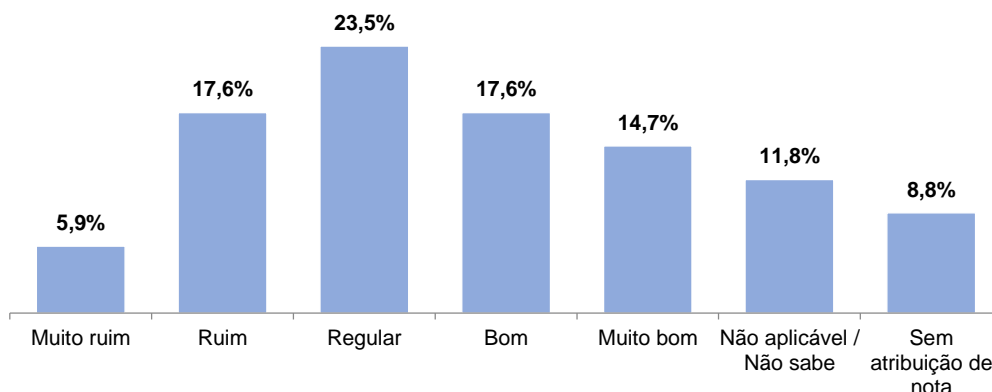
“Acho que todo mundo tem que ter, assim... é... na hora de escolher, tem que, lógico que não dá para favorecer todo mundo, né? Mas eu acho que tem que ter os mesmos direitos para todo mundo. Se você me cobrou um tipo de documentação, fotos, matérias que comprovassem aquele período que eu estive ali com meu bloco, com meu, com minha roda de samba para poder acontecer o bloco, então, acho que todo mundo que foi para a peneira, que teve seu bloco, eles também tinham que ter tido esta mesma experiência.” (Bloco 34)

No lado oposto a esse argumento, estão pessoas que não são profissionais da área cultural. Estas se sentem prejudicadas pelo que consideram um exagero para a habilitação, ainda que tenham experiência em editais anteriores:

“Bom, eu não sei como funciona isso, mas... assim, a questão das pessoas que trabalham. Não é porque elas não desenvolvem aquele trabalho específico (que) ela não tá habilitada para aquele tipo de função, né? Às vezes, as pessoas não têm habilitação para aquilo, mas desenvolvem muito bem a função. Eu acho que o peso não deveria ser tanto para a experiência...” (Bloco 26)

A distribuição das percepções no Gráfico 20 evidencia essa heterogeneidade de situações narradas.

Gráfico 20 - Avaliação da distribuição de peso e pontuação para avaliação dos projetos, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

6.11. Relatórios de cumprimento do objeto e prestação de contas

O edital explicitava a necessidade de prestar contas por meio da prestação de informações em um relatório de cumprimento de objeto. Esse relatório deveria conter:

- Descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- Comprovação do alcance dos resultados da ação cultural;
- Comprovação da obtenção dos licenciamentos necessários conforme a previsão legal;
- Documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto (Governo do Distrito Federal, 2018).

Caso o agente público julgasse o relatório de execução do objeto insuficiente para aferir o cumprimento integral da execução, poderia solicitar a apresentação do relatório de execução financeira. Mais uma vez, houve confusão na compreensão das exigências e das diferenças entre ambos.

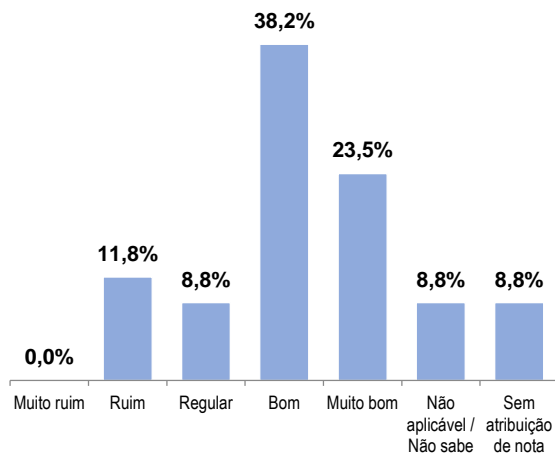
De todo modo, pode-se afirmar que é unânime a concordância sobre a necessidade de elaborá-los. Relacionada a essas questões, porém, está a demanda pela simplificação do relatório e pelo fornecimento de modelos para sua elaboração que sejam mais claros e úteis ao preenchimento adequado de informações que espelhem não só a realização do evento, como também o cumprimento dos itens previstos na planilha de prestação de contas.

Foram relatadas dificuldades com o Banco de Brasília (BRB). Tanto para a abertura da conta, que não poderia ser feita em qualquer agência, quanto do desencontro de informações entre a Secec e o Banco sobre a cobrança de taxas para a movimentação, quanto pelo procedimento de encerramento, no qual algumas pessoas tiveram dificuldades.

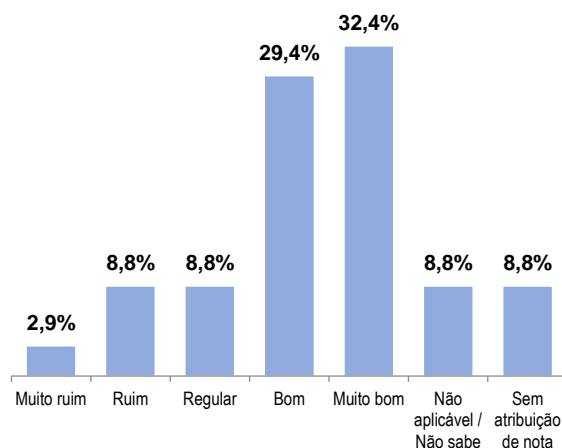
Um bloco afirmou não ter conhecimento de antemão que seria necessário apresentar todas as notas fiscais de contratação de serviços e outro entrevistado sugeriu que as prestações de contas fossem publicizadas para tornar o processo mais transparente.

Gráfico 21 - Avaliação da exigência de elaboração do relatório de execução do objeto e de prestação de contas, Distrito Federal, 2019

Avaliação da exigência de elaboração do relatório de execução do objeto



Avaliação da exigência de prestação de contas



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

7. ASPECTOS DA REALIZAÇÃO DO EVENTO

Nesta seção, o objetivo foi apreender a percepção dos respondentes sobre aspectos qualitativos da realização do evento, como a contratação de pessoas e equipamentos, os custos e atividades como a divulgação e o pagamento de direitos autorais (Ecad).⁴

O que se pode perceber é que o aumento da demanda em segmentos específicos da prestação de serviços necessários à realização do evento, somado ao recebimento tardio dos recursos, conformou um cenário que aumentou desnecessariamente os custos e as dificuldades para a produção do evento. Os blocos com um histórico mais longo de eventos tiveram maior capacidade de lidar com a situação e relataram situações mais confortáveis nos quesitos investigados.

7.1. Contratação de pessoas qualificadas, custo de mão de obra e financiamento

A maior parte dos entrevistados afirmou que teve pouca ou nenhuma dificuldade em contratar pessoas qualificadas para a realização do evento. Evidencia-se a maior facilidade de contratação por parte de blocos mais tradicionais ou que possuem equipe fixa. Algumas pessoas também afirmaram ter pouca ou não ter dificuldade com os custos da mão-de-obra. A facilidade de alguns blocos com os custos da mão de obra advém da existência de equipes organizadas, por realizarem eventos além do período de carnaval.

Entretanto, entre aqueles que relataram que tiveram alguma dificuldade nesse campo, tinham explicações que orbitam em torno da liberação tardia dos recursos. Isso porque, com o aumento da procura por parte dos blocos, houve a alta nos preços e dificuldade para a contratação. Nesse contexto, voltou à tona a queixa sobre a insuficiência dos recursos e a ocorrência de prejuízos financeiros para os participantes do edital.

Muitas pessoas também citaram a falta de patrocínio privado gerando diminuição no incentivo para organizar eventos no carnaval. Foi relatado também que a incidência de chuvas no período do carnaval atrapalhou bastante, tanto na frequência do público como na necessidade de gastos adicionais com toldos e barracas para abrigar o público, principalmente infantil.

Foi identificada nas entrevistas a demanda de que a Secec intermediasse a relação com empresas privadas envolvidas na realização do carnaval, visto que há uma dificuldade entre os organizadores dos blocos de negociar preços mais baixos para montar a estrutura dos eventos individualmente. Outra sugestão é o compartilhamento das despesas com as empresas que lucram com a venda de produtos nos eventos por exemplo, o compartilhamento dos custos de itens como a limpeza dos espaços onde foram realizados os eventos e da contratação de segurança.

⁴ O Escritório Central de Arrecadação (Ecad) é um órgão privado, tendo sua sede localizada no Rio de Janeiro, fundado em 1976, responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais de cada música tocada “em execução pública” no Brasil, seja ela nacional ou estrangeira.

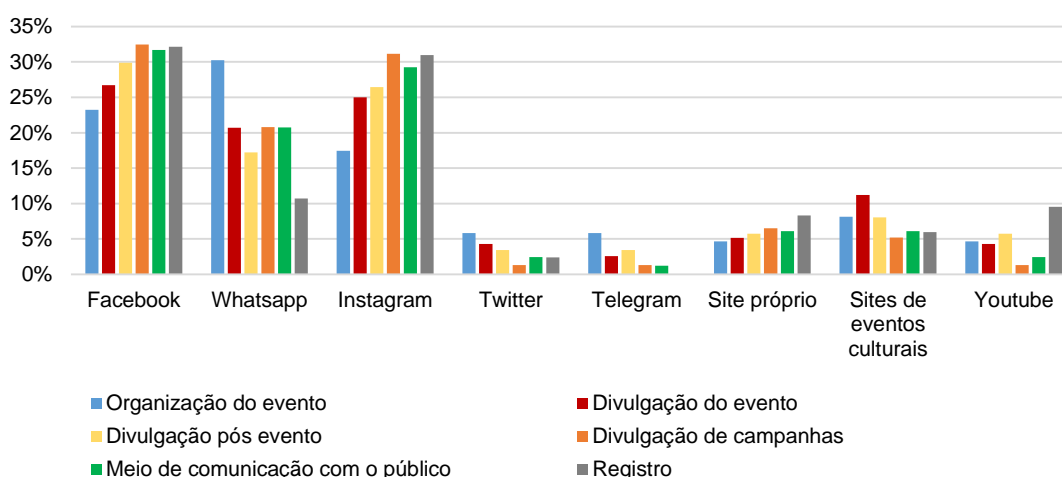
7.2. Divulgação

A maior parte dos entrevistados afirmou não ter enfrentado dificuldade na divulgação dos eventos. Alguns desses blocos pontuaram que, mesmo um pequeno intervalo entre o recebimento dos recursos disponibilizados pelo edital e a execução dos eventos, conseguiram antecipar a divulgação com a negociação de pagamentos por meio de reembolso às equipes. Para estes, a oferta gratuita de perfis em redes sociais é o motivo facilitador para alcançar o público mais amplo. Há também relatos do uso de recursos próprios para fazer a divulgação por meio de panfletagem e carro de som, uma vez que o recurso disponibilizado pelo edital foi considerado insuficiente.

O levantamento realizado acerca das redes sociais indica que a divulgação do evento é feita, majoritariamente por meio do Facebook e do Instagram, ainda que sejam utilizados outros espaços, como o WhatsApp, Twitter e sites de eventos culturais.

De modo geral, o Facebook é a rede social mais utilizada para várias finalidades, seguido do Instagram. O WhatsApp é a rede mais comum na organização do evento e o Instagram tem sido utilizado como um repositório para o registro das atividades realizadas, conforme apresentado no Gráfico 22.

Gráfico 22 - Percentual do uso de redes sociais pelos blocos entrevistados, por tipo de rede social e finalidade de uso, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Por outro lado, um número considerável de pessoas classificou como difícil ou muito difícil realizar a divulgação do evento. O principal fator se relaciona ao recebimento tardio dos recursos do edital. Há também a ponderação de que a campanha de divulgação do carnaval pela Secec foi insuficiente para atrair o público e pouco eficiente para informar claramente.

Como proposta de aperfeiçoamento, foi sugerida uma mudança na campanha de divulgação, indo além da própria realização do carnaval e incluindo informações sobre os blocos. Para aumentar a participação, a sugestão inclui parceria com as empresas de transporte público, atraindo mais residentes do Plano Piloto, bem como do entorno, com a oferta de ônibus gratuitos com um trajeto que faça um circuito entre os blocos previstos para cada dia.

7.3. Pagamento de direitos autorais (Ecad)

O pagamento de direitos autorais foi um tema polêmico para os entrevistados. A maioria dos blocos relatou ter dificuldade ou muita dificuldade para a realização deste. Entre muitos deles, há a pontuação de que as informações do edital sobre o pagamento dos direitos autorais não foram transparentes,⁵ gerando confusão sobre de quem seria a responsabilidade. Em razão disso, alguns blocos não pagaram e tiveram problemas na prestação de contas e, para alguns, a solução foi pagar posteriormente com recursos próprios, uma vez que os recursos recebidos da Secec se esgotaram na realização do evento.

A melhoria viria com o aumento de transparência sobre o repasse dos recursos do Ecad para o pagamento dos artistas. Considerou-se que houve dificuldade de diálogo com a equipe do Ecad e que algumas informações sobre a necessidade do pagamento e o cálculo dos valores estavam desconstruídas. Uma parte dos entrevistados entende que é injusta essa cobrança para os blocos, uma vez que o evento é público. Para esses, o pagamento deveria ser feito pelo Estado, por meio da Secec, como foi praticado em anos anteriores.

⁵ No item 11 do edital estão dispostas as condições para o recebimento dos recursos financeiros. No item 11.3, relacionam-se as declarações necessárias e a primeira delas é: 11.3.1 as obras utilizadas no âmbito do projeto contemplado são próprias ou de domínio público ou, ainda, de utilização autorizada ao proponente pelo autor ou pelo órgão de direitos autorais competente (Ecad).

8. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

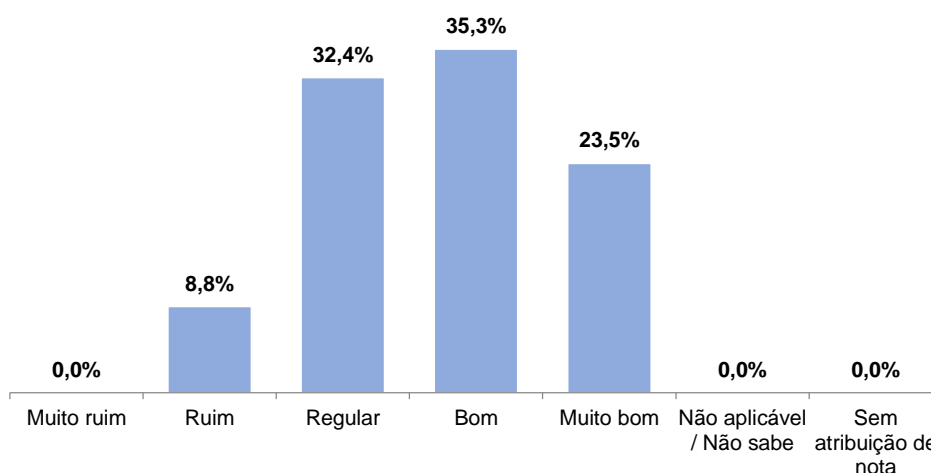
A seção sobre avaliação dos serviços públicos relacionou todos os órgãos e secretarias envolvidos na realização do Carnaval do Distrito Federal em 2019. Para cada um deles, os entrevistados foram incentivados a classificar a interação entre muito ruim, ruim, regular, bom ou muito bom e, ainda, a fazer comentários sobre a motivação da classificação citada.

De forma geral, as avaliações foram positivas e, com exceção da interação com a administração da RA, a maior parte dos entrevistados considerou os atendimentos muito bons ou bons. Entretanto, o que se pode afirmar a respeito do conjunto de avaliações é que a falta de coordenação entre os órgãos fez com que as avaliações recebessem os piores conceitos. Na Secec, o destaque é a menção nominal feita por vários entrevistados sobre o atendimento prestado pelos técnicos da secretaria. Em relação à Polícia Militar (PM), há uma demanda de ampliação do diálogo para aliar uma situação mais confortável para a realização dos eventos às competências da Polícia Militar.

8.1. Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Em relação ao atendimento realizado pela Secec, a maior parte das pessoas entrevistadas avalia esse processo como bom e muito bom, como apresentado no Gráfico abaixo. Destaca-se, entre os aspectos positivos, a boa experiência pessoal de atendimento, com a citação nominal de integrantes da equipe responsável. Contudo, mesmo entre as pessoas que classificaram o atendimento como bom ou muito bom, houve ponderações sobre desorganização sistêmica, como atrasos e desencontros de informações, o que ocasionou certos transtornos financeiros e de deslocamento.

Gráfico 23 - Avaliação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa - Secec, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

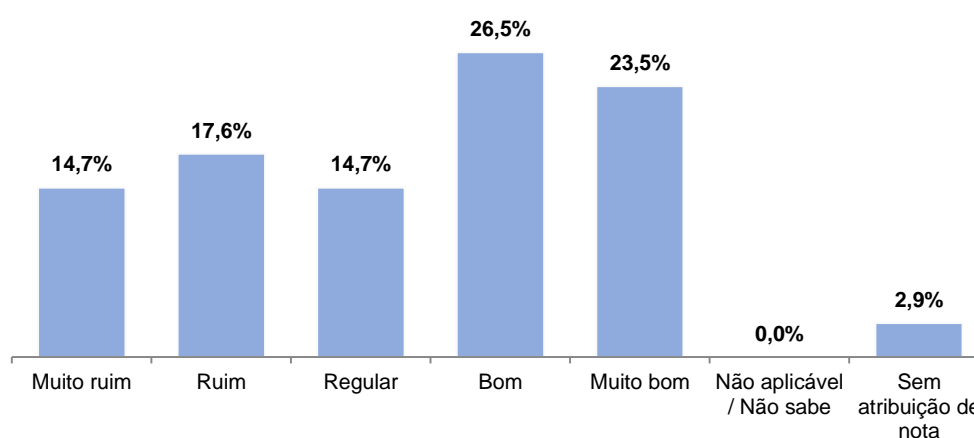
Algumas pessoas que atribuíram o conceito de regular e bom ao atendimento fizeram proposições de melhorias voltadas para o aumento de transparência, como tornar as informações do edital e publicizar do uso dos recursos disponibilizados por meio do edital e

ferramentas digitais. Outro ponto indicado para a melhoria no atendimento foi a possibilidade de a Secec desenvolver incentivos para pessoas de RAs além do Plano Piloto e adjacências participarem do carnaval. As avaliações negativas não foram justificadas.

8.2. Secretaria de Segurança Pública

Em relação ao atendimento prestado pela Secretaria de Segurança Pública, quase metade das pessoas avaliou como bom e muito bom, como mostra o Gráfico 24. O aspecto mais frequente para uma avaliação positiva do atendimento da Secretaria foi o fato de as pessoas não terem encontrado problemas durante os processos para realização do evento. Há também opiniões sobre a eficiência da Secretaria no fornecimento de informações aos participantes.

Gráfico 24 - Avaliação da Secretaria de Segurança Pública - SSP/DF, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

O principal ponto apontado para melhoria no atendimento é uma melhor comunicação entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secec visando o alinhamento das informações sobre a execução do carnaval, além de uma definição mais clara da atuação de cada uma.

“Por mais que a polícia seja muito importante no carnaval, quem tem que dar a última palavra no carnaval é a Secretaria de Cultura. Agora quando a gente vai falar de política de encarceramento, será que a cultura é importante também? Mas quem vai dar a última palavra vai ser a polícia. Então cada órgão na sua área, né?” (Bloco 36)

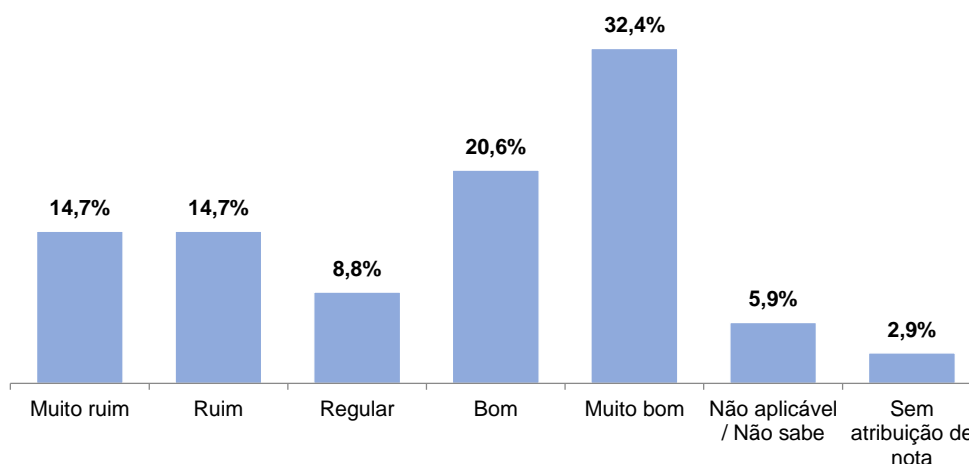
8.3. Polícia Militar

Muitas pessoas classificaram o contato com a Polícia Militar como bom e muito bom. A presença dos policiais militares foi considerada satisfatória e capaz de garantir a sensação de segurança durante o evento. Foi apontado como possibilidade de melhoria o aumento do diálogo da PM com os organizadores. A dificuldade de diálogo foi a principal fonte das reclamações entre aqueles que consideraram ruim ou muito ruim, associada ao autoritarismo da PM durante o evento.

Neste grupo, houve um número expressivo de avaliações. Estas pessoas descreveram a relação da Polícia Militar como violenta, sobretudo na dispersão do evento. Há um entendimento de que a PM é pouco preparada para lidar com público neste tipo de evento. Algumas pessoas classificaram negativamente, não pela própria experiência, mas pelo relato da atuação da corporação em outros blocos. As notícias de ações violentas em alguns espaços geraram receio de uma possível ação violenta em outros ambientes, com crianças, idosos e pessoas com

deficiência. Há também avaliações negativas pelo entendimento de falta de patrulhamento da polícia durante a execução de alguns eventos.

Gráfico 25 - Avaliação da Polícia Militar - PM/DF, Distrito Federal, 2019



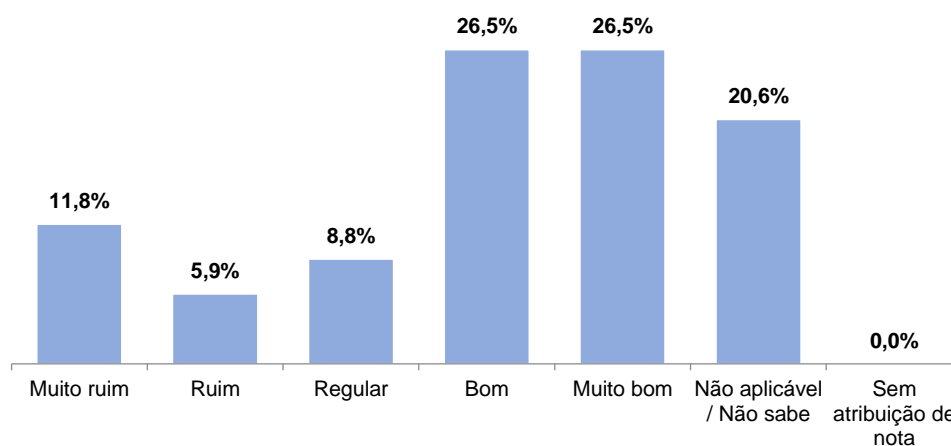
Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

8.4. Corpo de Bombeiros

A maior parte dos entrevistados afirmou que o atendimento prestado pelo Corpo de Bombeiros foi bom e muito bom. Destaca-se a avaliação positiva em relação a uma boa organização e eficiência em prestar informações necessárias à execução dos eventos em especial a disponibilização de informações pelo site da corporação. Dentre as avaliações negativas do atendimento prestado pelo Corpo de Bombeiros é colocada a confusão para o agendamento das vistorias, ocasionando a incapacidade de alguns blocos tirarem os alvarás de funcionamento.

Uma considerável parcela dos entrevistados disse não haver tido contato com o Corpo de Bombeiros.

Gráfico 26 - Avaliação do Corpo de Bombeiros, Distrito Federal, 2019



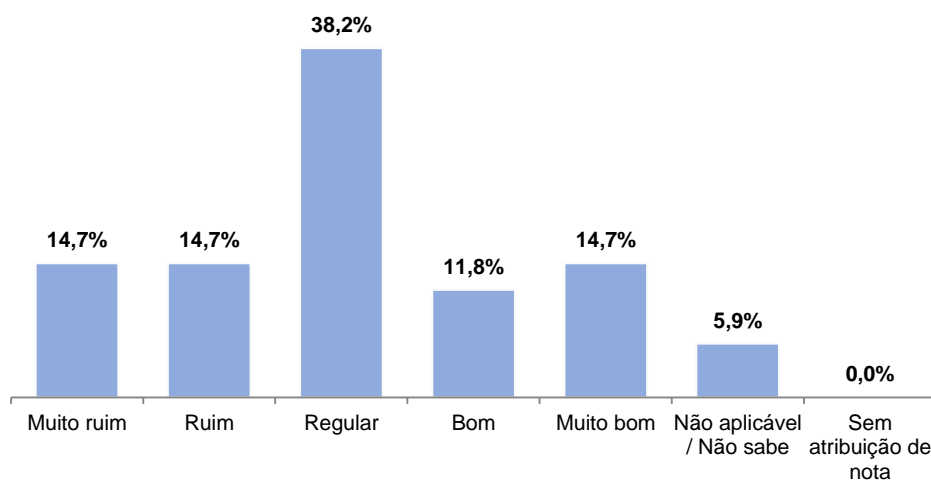
Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

8.5. Administração da RA

A boa experiência pessoal de atendimento com alguns administradores e o esforço das equipes em atender a demanda de participantes do edital destacam-se entre os aspectos positivos do atendimento das Administrações das RAs classificados pelos entrevistados como bom e muito bom.

Grande parte dos entrevistados avaliou o atendimento como regular, como mostra o Gráfico 27. Entre esses, a principal razão foi o despreparo das equipes para atender as demandas do carnaval e a percepção de que as Administrações não possuem recursos humanos suficientes para o atendimento. Os que avaliaram o atendimento como ruim e muito ruim tiveram, como principal fator negativo, a desorganização das equipes em gerir a grande demanda de participantes do edital gerando problemáticas de demora e atraso de alvarás. Outro ponto negativo apresentado consiste nos processos serem excessivamente burocráticos ocasionando falhas de comunicação.

Gráfico 27 - Avaliação da administração da RA, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

8.6. Agência de Fiscalização

Algumas pessoas entrevistadas avaliaram o atendimento da Agefis como bom e muito bom, apesar de não haver justificativas para essas classificações. Dentre os entrevistados que avaliaram o atendimento como ruim e muito ruim, há pontuações negativas com relação à influência da agência em reduzir os horários dos eventos de carnaval, à dificuldade de diálogo com os organizadores, à falta de fiscalização para com as irregularidades cometidas por vendedores ambulantes, a utilização de métodos violentos e repressivos na atuação com este grupo e a desorganização administrativa.

Um ponto de melhoria no atendimento consiste em trabalhar para aperfeiçoar o diálogo com os vendedores ambulantes de forma mais pacífica.

8.7. Defesa civil

Em geral a avaliação feita pelos entrevistados sobre o atendimento da Defesa Civil consiste em bom e muito bom. Destacam-se elogios a respeito da facilidade do diálogo com os participantes do edital, a transparência de informações e prazos satisfatórios.

8.8. Vara da Infância e da Juventude

A grande maioria das avaliações feitas para o atendimento da Vara da Infância e Juventude foi caracterizado como bom e muito bom. Destaca-se a compreensão da importância da atuação da Vara da Infância no carnaval. Alguns pontos positivos apontados foram a facilidade nos processos administrativos e a boa estrutura de fiscalização.

8.9. Outros

Outros órgãos citados que prestaram atendimento para os organizadores dos blocos participantes do edital foram: o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Polícia Civil, Departamento de Trânsito (DETRAN), Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad), Ministério Público, Vigilância Sanitária e o Centro de Dança Renato Russo.

O atendimento do SLU foi classificado majoritariamente como bom e muito bom. A emissão de certificados foi uma iniciativa elogiada. Contudo, foi pontuada a necessidade de mais transparência nas informações sobre os processos do serviço.

O atendimento do Ministério Público foi avaliado como muito bom, sem comentários adicionais, e também como muito ruim, justificado pela opinião de que a determinação dos horários do carnaval não foi condizente com a lógica de política cultural, marcadamente construída de forma coletiva.

O Detran teve seu atendimento no carnaval classificado por parte dos entrevistados como bom e muito bom. Esses blocos avaliaram que o Detran foi eficiente em administrar os isolamentos de ruas nos dias de realização dos eventos bem como tiveram boas experiências pessoais de atendimento com a equipe. Ressalta-se a sugestão de que o Detran esteja frequentemente presente nos eventos de carnaval, com campanhas lúdicas como peças de teatro sobre a conscientização das consequências de dirigir sob o efeito de bebidas alcoólicas, tanto em eventos infantis como os de público adulto, agindo na prevenção de acidentes e diminuindo multas.

Por outro lado, um número considerável de pessoas avaliou o atendimento do Detran como ruim e muito ruim. Os principais pontos negativos apresentados foram a cobrança de taxa não prevista no edital para o cercamento dos espaços de realização dos eventos, a não fiscalização dos cercamentos ou a não efetivação do cercamento como previsto anteriormente, além da presença de agendas apenas com finalidade de repressão.

A avaliação da experiência de atendimento com o Ecad foi classificada por todos como ruim e muito ruim. A motivação principal para essa avaliação é a falta de transparência das informações dos pagamentos de direitos autorais e a não previsão de pagamento do Ecad por falta de clareza do edital. Além disso, falou-se também da dificuldade de diálogo com os organizadores dos eventos carnavalescos.

A Polícia Civil, a Vigilância Sanitária e o Centro de Dança Renato Russo foram avaliados pelo seu atendimento como bom e muito bom, sem comentários adicionais.

9. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2019

Por fim, foi avaliada a política como um todo, incluindo a criação de setores carnavalescos e a reorganização dos locais para a realização dos eventos. Em relação aos setores carnavalescos, dois pontos podem ser destacados. O primeiro é sobre a condição de igualdade de realização dos eventos para os blocos que saíram e não saíram nos setores. Isso porque o fornecimento de infraestrutura nesses espaços acaba estabelecendo condições desiguais para o uso dos recursos entre esses dois grupos. O segundo ponto é a própria criação dos setores que, ainda que tenha sido bem avaliada por boa parte dos entrevistados, também foi questionada sob sua capacidade de manter a criatividade e espontaneidade características do Carnaval.

De modo geral, a política foi bem avaliada. A metade dos entrevistados considerou como boa ou muito boa, e cerca de 85% deles pretendem pedir recursos no próximo edital de fomento nessa área.

9.1. Avaliação dos setores carnavalescos e dos locais de eventos

A maior parte dos blocos entrevistados realizou o evento de carnaval no Plano Piloto e alguns deles saíram nos setores carnavalescos criados pela Seccec-DF para o Carnaval de 2019. Foram entrevistados também blocos de outras RAs do DF, como Ceilândia, Planaltina e Águas Claras. Essa diversificação dos blocos entrevistados contribuiu para uma análise mais abrangente da política de carnaval.

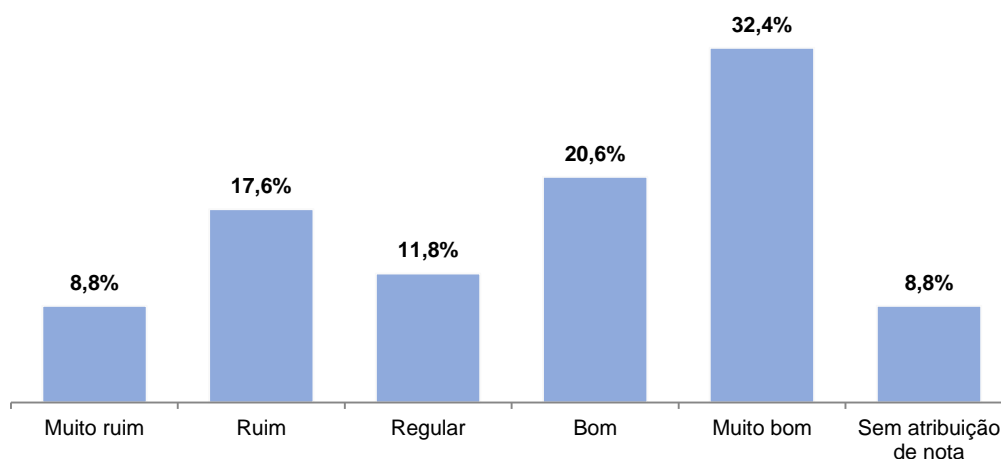
Durante a entrevista, foi solicitado aos blocos que fizessem uma avaliação da criação dos setores carnavalescos, mesmo para aqueles que não realizaram o evento nesse espaço. Aproximadamente metade dos entrevistados avaliou a criação de setores carnavalescos de forma positiva, alguns avaliaram como regular e uma boa parcela avaliou de forma negativa (Gráfico 26). Dentre todos os tipos de avaliação, foi muito recorrente a presença de argumentos associados à preservação da identidade do bloco:

“Sim, o que eu acho em relação aí essa coisa de setorização, acho isso... não vejo isso com bons olhos, porque carnaval é uma coisa de território entendeu? É uma coisa que assim, o Galinho da Madrugada, que esse ano, infelizmente não pôde sair, é um bloco que foi criado ali naquela vizinhança, pelo avô, do avô, do avô, há muitos anos atrás, que brincava carnaval ali, as crianças, os filhos foram aprendendo, aquela história que eu tava falando né, de ser criado ali no carnaval, os filhos vão aprendendo aquilo (...) existe esse vínculo né, agora o Galinho que cresceu demais, agora vai ter que ir pra lá sabe? E de uma forma, que meio arbitrária também, sabe? Tem que se conversar com as pessoas, beleza, cresceu demais? Beleza, cresceu demais, o quê que a gente pode fazer então, pra não descaracterizar o que é o bloco que vem sendo feito há décadas, no caso deles? É... sem que se tenham o prejuízo pra o valor cultural daquilo ali, acho que tem que é o que tem ser sempre priorizado...” (Bloco 02)

“Ela é uma boa iniciativa, né? Mas, é... que pode diminuir custo, mas também as localidades onde os blocos ali saem tem muito a ver com uma identidade do bloco. Então é, ao mesmo tempo positivo (os) setores, mas eles não podem ser engessados de maneira que os blocos que queiram sair em outros lugares eles têm que ter apoio igual da Secretaria de Cultura” (Bloco 07)

Dentre todos os tipos de avaliações, também foi comum a ideia da necessidade de desenvolvimento do carnaval de rua nas demais RAs do DF, para além do Plano Piloto. Outro ponto que se destacou em algumas falas é a estrutura presente nos setores carnavalescos e ausente para os blocos que não saíram nesses setores. Os blocos que realizaram seus eventos fora dos setores carnavalescos ou os que saíram no pré-carnaval não tinham essa estrutura fornecida pelo Estado. Nesse sentido, foi ressaltada a desigualdade orçamentária dos blocos que realizaram seus eventos dentro e fora desses setores.

Gráfico 28 - Avaliação da criação dos setores carnavalescos, Distrito Federal, 2019



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

A percepção de que a criação dos setores carnavalescos contribui para a organização da festa, reduz os custos do carnaval e que é uma alternativa ao incômodo de moradores quanto a blocos muito grandes foram alguns dos argumentos utilizados entre as avaliações positivas. E entre os blocos que avaliaram a criação dos setores de forma negativa, destacam-se a percepção de alta violência nesses setores e a visão de que carnaval deve ser um movimento orgânico e livre:

“... Carnaval pra mim tem que ser na rua né? (...) Ele tem que ser na cidade, de forma natural com ele acontece e sempre vai teve acontecer assim, sempre aconteceu, não é tentando setorizar que vai dar certo. Tanto é que deu briga pra caramba e desceram pra praças dos prazeres e depois estragaram a festa lá...” (Bloco 17)

“A cultura não se faz com setor, com quadradinho fechado. Brasília já é quadrado e ai faz outro quadrado para...” (Bloco 35)

“Eu, eu me sinto mais confortável colocando ruim, sabe? Porque eu acho que essa, essa independência e autonomia pra definição dos blocos de carnaval, inclusive pra criatividade dos artista, tem que ser, tem que ser autônomo né?” (Bloco 13)

Em relação à avaliação do local de seus respectivos eventos, a maioria avaliou positivamente “seus” espaços e a facilidade para acesso dos foliões e para suas equipes de produção. Somente alguns blocos avaliaram negativamente o local do evento quanto ao acesso para seus foliões. Ressaltaram a necessidade de fornecimento de maior número de transporte público, maior cobertura de horário e também a criação nesse período de linhas especiais que deixem os foliões mais próximos dos eventos. Destacam-se as falas de um dos blocos que realizaram seus eventos no Mané Garrincha:

“Eu achei ruim, muito ruim, porque nós fizemos lá, e lá quem determinou a entrada e saída e tudo foi um bloco. Não foi um estudo de inteligência da Secretaria de Cultura (...) E ele botou uma entrada nas costas do... Colocou a entrada pras costas do, do, do... do Cine Drive-in ... Sendo que ônibus que passa aqui, metrô passa aqui... então,

ou seja (...) A entrada tinha que ser de frente ao Eixo Monumental, uai! Lá é serviço, o serviço do estado! A entrada é no Eixo Monumental! As pessoas que vêm de ônibus e de metrô que desce na Rodoviária e sobe ali, eles subiram e ficaram perdidos e tudo, tinha que dar a volta e ali é, e ali é chão, irmão! Ali é chão! A questão da entrada foi muito ruim.” (Bloco 23)

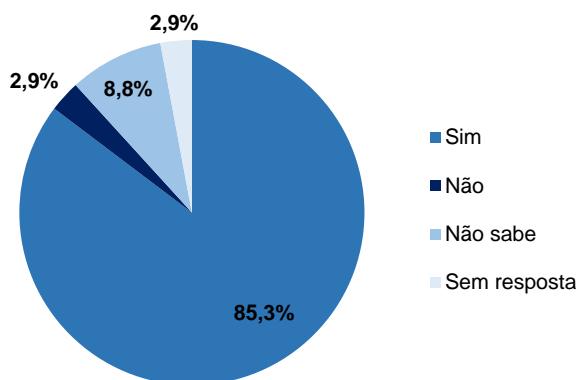
Em geral, a avaliação sobre a identificação com o território onde os eventos foram realizados também foi boa para a maioria dos blocos entrevistados. Entretanto, alguns blocos que foram deslocados para outras áreas, não pontuaram tão bem essa questão, pois eles se identificavam com o território em que saíam tradicionalmente. Alguns dos blocos que foram para o setor carnavalesco do Mané Garrincha afirmaram que estão tentando se adaptar ao novo território, mas não se demonstraram satisfeitos.

A avaliação do espaço quanto à limpeza, banheiros químicos e segurança em geral também foi positiva. Entre os aspectos que receberam avaliações regulares ou negativas pelos entrevistados, destacaram-se as falas relacionadas à segurança e à limpeza. Alguns blocos não consideraram o seu espaço seguro e outros ressaltaram que a sensação de segurança se devia à contratação de seguranças privados. Os blocos que identificaram maior insegurança para seus foliões foram principalmente os que saíram nos setores carnavalescos.

10. AVALIAÇÃO GERAL DA POLÍTICA

A maior parte dos blocos entrevistados afirmou que pretende tentar obter recursos junto ao GDF para o Carnaval de 2020. Pouquíssimos foram os blocos que afirmaram não ter certeza ou descartaram a hipótese de tentar obter esses recursos novamente. Grande parte dos entrevistados disseram que, sem o apoio do GDF, não é possível colocar o “bloco na rua”, já que eles não possuem estrutura financeira suficiente para realizar o carnaval sem o apoio do governo. Parte dos entrevistados manifestou preferência por apoio do GDF com estrutura para a realização da festa do que com aporte de recursos monetários direto, como praticado neste ano. Entre os que disseram ainda não saber se irão pleitear recursos do próximo Edital e os que afirmaram que não irão fazê-lo, foi possível perceber uma insatisfação com o formato do edital de 2018 e a intenção de buscar recursos junto ao setor privado. O Gráfico 29 apresenta a distribuição percentual das diferentes intenções em pleitear recursos no futuro.

Gráfico 29 - Percentual de blocos, por decisão de tentar obter recursos para o carnaval junto ao GDF no próximo ano, Distrito Federal, 2019

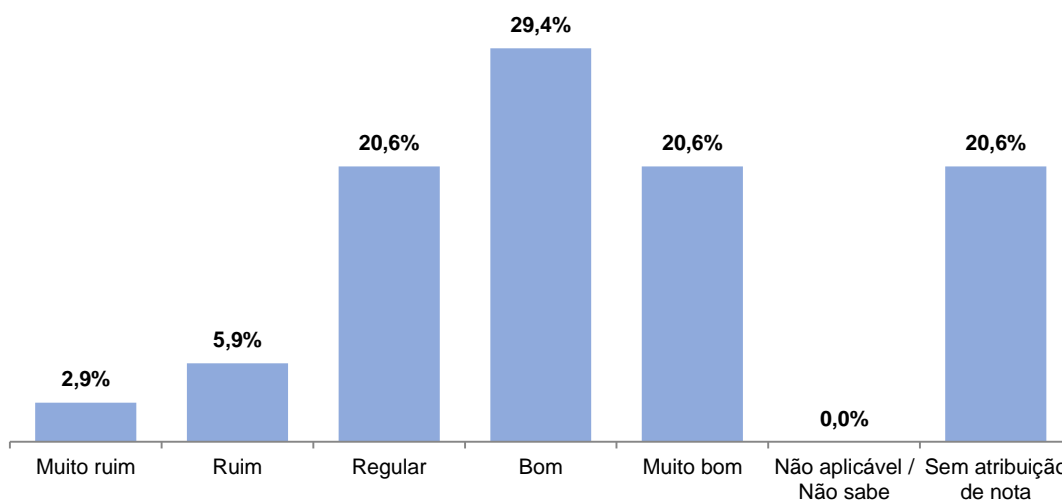


Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

As perguntas finais foram sobre a avaliação do entrevistado quanto à política do carnaval de rua como um todo e sobre qual seria o modelo de carnaval ideal. Essas perguntas se complementam, uma vez que uma solicita atribuição de uma classificação objetiva, variando de muito ruim até muito bom, e a segunda pergunta contribui para que o entrevistado explicita sua opinião sobre a avaliação e forneça informações que contribuam para a melhoria da política do carnaval.

Como é possível verificar, a seguir, no Gráfico 30, a política de carnaval foi avaliada positivamente por muitos dos entrevistados, que a classificaram como boa ou muito boa. Houve uma quantidade relevante de blocos (29,4%) que a consideraram regular e outros que não atribuíram uma classificação direta. Poucos dos que avaliaram o Edital de forma negativa. Entretanto, independentemente da avaliação, a ideia de que há muito espaço para realização de melhorias na política foi comum entre os blocos. Pôde-se identificar três grandes aspectos que influenciam diretamente na satisfação dos blocos em relação à política do carnaval: aspectos burocráticos, financeiros e de diálogo com os produtores.

Gráfico 30 - Avaliação da política de apoio ao carnaval de rua, Distrito Federal, 2019.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Investimentos na Cultura: Quais os retornos mensuráveis do carnaval no Distrito Federal?, 2019

Em relação ao primeiro aspecto, algumas sugestões de melhoria foram identificadas nas falas dos entrevistados, como a necessidade de maior coordenação/mediação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do processo burocrático junto aos demais órgãos do GDF, maior organização das instituições governamentais, clareza nos procedimentos administrativos, planejamento anual para o carnaval e redução em si da burocracia documental e de liberação de alvarás/licenciamentos:

“Há um investimento muito grande, né? De todos os lados. Então, o carnaval (de) Brasília cresceu muito. É, eu acho que enquanto GDF, eu acho ainda que há muita dificuldade de comunicação entre as áreas, né? SECEC, Segurança Pública, Bombeiro, enfim... A sensação que eu tenho é que há uma guerra, sabe? Entre essas secretarias, e que não há muito acordo, né? Do formato, do que que é pra poder mudar um pouco essa mentalidade. Então assim eu acho que a gente precisa discutir melhor, precisa ampliar melhor, é a funcionalidade na gestão do carnaval como um todo, entendeu?” (Bloco 27)

“Agora, não ser como a gente vem falando desde lá de 2015, é, os órgãos não se conversam. Se eu dei entrada na RA, é, primeiro você tem que dar entrada no CIOPS e depois na sua RA. Se eu já dei entrada, se é o carnaval, (...), já comuniquei no CIOPS e na RA, o resto dos órgãos, eles têm que se conversar (...) Eu não preciso bater lá no bombeiro: Bombeiro, bombeiro! Ó tô aqui fazendo esse evento no dia tal. Ó SLU eu já... Entendeu? Então, a gente já vem falando isso desde de 2015, é ter uma central para grandes eventos. Em que deu a entrada em um, ele já dispara para todos.” (Bloco 15)

“Todo ano tem carnaval. A Secretaria de Segurança Pública precisa se organizar pro carnaval. Assim como a Secretaria de Cultura precisa ter pessoas capacitadas. Vocês precisam de mais servidores dentro da Casa. Por que não adianta ter 3 pessoas 4 pessoas para cuidarem de um carnaval inteiro numa cidade complexa, onde a Secretaria de Segurança Pública tem dificuldade de diálogo com a Secretaria de Cultura, que tem dificuldade de diálogo com a Região Administrativa. Eu mesmo passei por essa experiência, eu recebi orientação aqui de uma coisa, na Secretaria de Segurança Pública outra orientação e na Região Administrativa uma terceira orientação.” (Bloco 35)

Quanto aos aspectos financeiros, muitos ressaltaram a importância do apoio governamental, porém, com ressalvas quanto ao valor repassado. Principalmente os blocos que foram contemplados com a linha de pequeno porte. Alguns afirmaram que o recurso foi

pouco, e outros que gostariam de realizar mais dias de festa, mas que foi difícil produzir somente um dia de evento com o recurso repassado:

“Acho que pode melhorar, mas é boa. Até por que assim, se o governo não apoiar essas políticas, essas iniciativas, a gente não vai fazer, por mais que eu tirei 5 mil do meu bolso, que eu tenho como comprovar, que saiu da minha conta. É, eu não teria esses outros 10 mil para poder pagar o bloco, se com 5 mil eu também não faria. Então a ideia do governo de apoiar é louvável, o que eu acho que tem que acontecer assim tem que ter a fiscalização, a gente sabe que tem que ter, mas assim, que faça as coisas dentro do a gente possa fazer, entendeu? Que calcule então o valor de o SAMU,⁶ do Corpo de bombeiro, da SLU, é que calcule lá também até a parte do técnico de segurança pra que calcule tudo, e veja se com que aquele valor a gente consegue fazer.” (Bloco 34)

Outros novamente ressaltaram a preferência por estrutura ao invés do recebimento direto de recursos, ou uma mescla das duas formas de financiamento. Também esteve presente a demanda por uma melhor distribuição dos recursos do edital entres os blocos; alguns entrevistados consideraram injusta a divisão dos recursos. Outra sugestão que se destacou nas falas dos entrevistados é sobre a busca de patrocinadores privados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, ou a intensificação dessa busca, para reduzir a carga de recursos provenientes somente do Estado para a realização do evento. Nesses comentários, foi citada a Lei de Incentivo à Cultura (LIC) e, inclusive, sugeriu-se também a redução da burocracia para atrair mais as empresas privadas:

“Regular, regular, eu acho que precisa melhorar muito, e eu acho que falta também, política pública, no sentido de trazer mais empresas, sabe? Porque também, assim, isso é uma crítica pessoal minha, eu acho que os produtores, os próprios blocos dependem muito do governo, né? (...) Então eu acho que se a gente se organizasse melhor, a gente conseguir trazer mais empresas privadas para apoiar o carnaval, né? Pra sair um pouco do ombro do governo, esses recursos, né? E que fosse de uma forma mais democrática mesmo, então eu acho que falta trazer empresas privadas, porque a gente tem uma LIC que não funciona, efetivamente não funciona, funciona para pouquíssimos projetos ao decorrer do ano que não atende ao carnaval, né? (...) mas que era tão burocrático que tinha que demandar uma equipe dentro da empresa pra conseguir fazer essa gestão junto à LIC, então eu prefiro ficar fora, prefiro não patrocinar, porque é isso, há muita burocracia, sabe? (...) E atender melhor todos os tipos de blocos, né? Porque a gente tem blocos pra 300 mil pessoas e tem blocos pra 10 mil pessoas, então eu acho que tem que ser um edital democrático assim pra que seja bom pra todos.” (Bloco 27)

A sugestão de que esse contato com patrocinadores privados seja estabelecido pela Secec se justifica principalmente por acreditarem que a Secretaria teria mais acesso aos patrocinadores do que os blocos individualmente, inclusive essa dificuldade de acesso seria majorada para os blocos menores. Além disso, também foi sugerido maior colaboração de empresas privadas em fornecimento de estruturas/serviços, e que esta poderia ser uma contrapartida solicitada por meio dos documentos oficiais de fomento. Ainda sobre questões financeiras, alguns blocos reconhecem que podem buscar formas alternativas de financiamento do evento, entretanto solicitam maior transparência da Secec sobre o que será fornecido, seja de estrutura, isenções de tarifas, ou recurso. A falta de uma política consistente ao longo do tempo também é um ponto de insatisfação e que gera insegurança para os produtores:

“Então assim, ou deixa a gente fazer do nosso jeito, e fornece com antecedência a documentação que a gente precisa. Dentro do que o governo vai oferecer, porque o ideal que a gente tem, é que o governo seja claro. Isso é o que eu tenho pra isentar. Porque o resto, a gente tenta correr atrás, seja com recurso próprio, seja fazendo festa, seja vendendo brinde, seja sabe? Conseguindo patrocinador privado. Mas aí, se o patrocinador privado tá amarrado, é complicado pra gente, sabe? Porque aí o patrocinador, o problema não é o patrocinador que tá amarrado, é o que tá fechado.

⁶ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Porque ele fica: ah eu não vou falar agora com você não, quero fechar com o governo, sabe? Aí isso, é que mata. Isso é que mata. Então assim, se a gente pudesse saber (...) O governo virar pra gente e falar assim, olha a gente dá palco, dá tenda. A gente dá palco, dá tenda, dá serviço (...) Atração, sim. Desde que o governo consiga fazer o chamamento público, anterior (...) pra ter as atrações, entendeu? Falar olha, eu tenho essas atrações pra fazer. Pra, pra apresentar, sabe? Faça de uma forma diversa, porque aí você se respalda. Fala olha, a gente tem essas, se você não quer, você paga a sua." (Bloco 20)

"É complicado, né? Eu acho que tem que começar a haver uma construção dum modelo de carnaval que exatamente faça uma construção, e que não sejam quebras né? Porque parece que carnaval existe um modelo aí, é, né? No ano seguinte simplesmente desconsidera completamente o anterior e cria um novo, aí depois desconsidera o anterior e cria o novo e até hoje a gente não tem uma construção, alguma coisa contínua, né, um modelo contínuo de construção." (Bloco 06)

"O modelo ideal é que a gente foi reconhecido, que todo ano a gente já ganhasse assim com bastante antecedência, o direito de fazer, com ajuda do governo o carnaval seguinte. Então o modelo ideal seria isso. Não a gente ficar ali na corda bamba até pertinho do carnaval, 1 mês, 2 meses não sabendo se a gente vai ser contemplado, se vai ter recurso do governo, se o recurso vai vir da Ambev, se vai ser a particular ou não. Porque todo ano a gente fica nessa, "será quem que vai nos ajudar esse ano?". O governo vai vir com a estrutura? Vai ter iniciativa privada envolvida? Então a gente tinha que saber isso antecipadamente." (Bloco 12)

Além da transparência, os blocos clamam por antecedência da disponibilização das informações do que será fornecido, do lançamento do edital e principalmente do recebimento dos recursos, uma vez que isso impacta diretamente no planejamento e no orçamento para a produção da festa.

A falta de diálogo da Secec e os demais órgãos do GDF com os responsáveis pelos blocos também foi uma questão muito pautada pelos entrevistados. Os proponentes sentem falta de diálogo para definição de vários aspectos, não somente para a construção do edital, mas também para definição de horários, datas e outros aspectos do carnaval. Eles reconhecem que chegar a conclusões unânimes será muito difícil, mas somente o ato de tomar algumas decisões em conjunto podem contribuir para aumentar a satisfação dos mesmos em relação a política de carnaval de rua do Distrito Federal.

"Então é, as primeiras decisões que o governo tomou é claro que, vocês estão fazendo um trabalho justamente para melhorar isso, mas o que senti foi que eles não ouviram os blocos, né? Eles tomaram decisão de cima para baixo com, por exemplo, essa delimitação de horário que ninguém foi consultado, com essa criação desses polos que que segregaram é de uma forma de outra tem prós e contra né? Que eu entendo também que consegue concentrar os esforços de segurança, de limpeza por um lado, mas por outro lado também, é, tira um pouco dessa liberdade que que eu conversei com você, então acho que ainda não não." (Bloco 13)

"Eu acho que nós, foliões, nós carnavalescos, também precisamos dialogar para que a gente chegue num processo legal para a cidade que é uma cidade muito jovem, que não viveu nem 10% do que Recife, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro vivenciaram. Então o que a gente tá fazendo hoje é construindo uma história, uma história para cidade né. Então eu acho que a nossa opinião, nossa vivência também deve andar junto com a criação de políticas públicas para essa atividade." (Bloco 21)

Outras sugestões e demandas apareceram com certa frequência durante a entrevista, como:

- aumentar o incentivo na política para a descentralização do carnaval de rua, ou seja, oferecer maior estímulo para inscrição de propostas de realização de eventos em outras Regiões Administrativas do Distrito Federal;
- ter um edital diferenciado para blocos com especificidades, por exemplo, voltados para público infantil;

- ter linha de incentivo para inovação voltado para os novos e/ou pequenos blocos e para proponentes com menos conhecimento em produção de eventos;
- flexibilizar o horário dos blocos;
- capacitar os produtores de carnaval, sobre edital, processos burocráticos, produção, sustentabilidade financeira e outros aspectos;
- prover mais recursos financeiros para que os blocos possam realizar durante o ano oficinas/capacitações de cunho social e cultural para a população, principalmente de atividades carnavalescas, aula de musicalização, dança, construção de instrumentos/fantasia, percussão e outros.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As 34 entrevistas apontam que há uma concentração de blocos com as seguintes características:

- Criação recente (47,1% dos blocos foram criados nos últimos 5 anos);
- Concentração no Plano Piloto (76,5% dos eventos);
- Diversidade musical (pelo menos 18 ritmos musicais, com destaque para o axé, samba e marchinhas).

Nos grupos recentes, também é possível perceber de forma mais evidente a preocupação com a diversidade de públicos, com destaque para crianças, mulheres e LGBTQs, e a profissionalização dos eventos, com a perspectiva de o bloco ser uma alternativa rentável para além do próprio período do carnaval. A profissionalização também se constata pelo fato de que as pessoas que se mobilizam para a criação de um bloco de carnaval são ativas no meio cultural, quer seja como artistas ou produtores culturais.

Outra questão que chama atenção no campo da temática, agora pelo fato de não ter sido citada, é a ausência de eventos com temáticas políticas declaradas ou relacionadas à dimensão partidária do assunto. Os poucos blocos que citaram esse assunto, o fizeram para dizer que preferem não se envolver com a questão. Assim, os blocos buscam homenagear ritmos musicais, artistas de variadas áreas, a cidade de Brasília ou suas cidades e regiões de origem.

O vínculo com o território e a preocupação com a comunidade do Entorno estão presentes com maior frequência nos blocos que não se apresentam no Plano Piloto. Um dos grupos entrevistados realiza trabalho social durante o ano todo. Nos blocos do Plano Piloto é mais comum encontrar algum tipo de ligação com públicos específicos, como a comunidade LGBTQ, do que com os territórios. Há, exceções, porém, e alguns dos blocos entrevistados relataram a vinculação com quadras da Asa Norte e Sul. Relataram também, por outro lado, relações de animosidade e dificuldade de realizar o evento por conta da indisposição da população local.

Em relação aos aspectos econômicos, o financiamento com recursos próprios foi encontrado de forma maciça. Como os blocos entrevistados foram aqueles fomentados pelo GDF, esta foi a fonte de financiamento mais relevante para o carnaval de 2019. Contudo, vários blocos realizam eventos ao longo do ano para arrecadar recursos para o evento no carnaval.

A avaliação dá conta que alguns dos itens exigidos pelo edital foram muito bem aceitos pela comunidade cultural, como o uso de recurso em campanhas, o relatório de prestação de contas e o pagamento das atividades desenvolvidas pelo proponente. Outras tiveram avaliações negativas e foram alvo de dúvidas, como o pagamento do Ecad, a contratação de limpeza, segurança e ambulância. O conjunto das reclamações sobre essas despesas vem, sobretudo, dos blocos de pequeno porte que alegaram a impossibilidade de custear todo o evento, nos termos exigidos pelo edital, com o recurso recebido.

Uma das maiores reclamações, contudo, foi em relação ao prazo. O pagamento foi realizado para alguns dos proponentes com menos de 48h de antecedência em relação ao evento. Essa situação acarretou uma série de consequências como a dificuldade de

contratação de pessoas e prestadores de serviços, aumento dos preços em função da contratação de urgência, dificuldade para divulgar o evento e todo o trâmite para o licenciamento e o alvará.

Outro ponto relevante é a necessidade de contratação de limpeza e segurança, uma vez que os eventos são realizados em parceria com o GDF que já provém esse tipo de serviço para toda a cidade. A exigência de contratação de limpeza não ficou clara para boa parte dos blocos e alguns deles não a contrataram, deixando o trabalho por conta do SLU, que já estava devidamente comunicado sobre a realização do evento.

Os serviços públicos demandados para apoiar a realização dos eventos de carnaval foram, em geral, bem avaliados. Foram identificadas reclamações sobre a desconexão entre eles e a conseqüente necessidade de o proponente acessar vários serviços localizados em diferentes endereços para protocolar documentos, por exemplo. Ademais, a Administração da RA teve um alto percentual de avaliações regulares, atribuídas ao acúmulo de demanda nos dias próximos ao evento e à liberação tardia dos recursos. Outro grupo de reclamações incide sobre o trabalho da Política Militar, associada a alguma imperícia para lidar com grandes públicos, sobretudo, na dispersão do evento.

A criação dos setores carnavalescos por parte da Secec no Carnaval 2019 foi avaliada majoritariamente como positiva por parte dos entrevistados. Há, contudo, um receio sobre a perda da identidade do bloco, da criatividade para realizar ou da vinculação com o território onde o evento é produzido tradicionalmente. O que apareceu de forma mais proeminente foi a diferença nas condições estabelecida pelos setores aos blocos que nele se apresentaram. Isso porque havia uma estrutura montada e disponível para os blocos, que não precisou ser custeada com o recurso recebido via fomento. Logo, para os blocos que saíram em outros espaços, os custos com infraestrutura pesaram no orçamento de forma desigual.

Ainda que com algumas ressalvas, a avaliação geral da política para o carnaval praticada em 2019 por meio do Edital nº 19/2019 foi boa ou muito boa (29,4% e 20,6%, respectivamente) e mais de 85% dos proponentes pretendem pedir recursos ao GDF novamente. Entre os pontos identificados que ainda demandam melhoria estão coordenação e articulação entre a Secec e demais órgãos envolvidos; diálogo da Secec com os blocos, e os aspectos burocráticos, financeiros e de planejamento para a realização do evento. Vários dos entrevistados também manifestam o interesse em canais mais abertos e acessíveis para o diálogo e a construção conjunta do próximo edital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. **Edital de Chamamento Público nº 19 /2018 - Carnaval 2019**. Edital para apoio a atividades carnavalescas de rua do distrito federal 2019. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/11/Edital-Apoio-as-Atividades-de-Carnaval-de-Rua-n-19.2018-1.pdf>. Acesso em: 15 ago 2019.

_____. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. **Anexo I - Requisitos Específicos**. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/11/Anexo-I-Edital-de-Apoio-as-Atividades-de-Carnaval-de-Rua-1.pdf>. Acesso em: 15 ago 2019.

_____. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. **Edital nº 19 /2018 - Resultado Final**. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Resultado-Final-Edital-n%C2%BA-19.2018.docx>. Acesso em: 15 ago 2019.

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br